

TEMPO

324

Publicação de KOINONIA

PRESENÇA

Alex Akcelrud

Eduardo Henrique P. de Oliveira

Esther Maria de M. Arantes

Jorge Atilio S. Iulianelli

Nizar Messari

Regina Domingues

Vitória Pêres de Oliveira

Ano 24 julho/agosto de 2002 R\$ 3,50



Presença do Islã

A Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) quer lembrar a todas as pessoas de boa vontade, que em setembro, mais uma vez teremos, juntos, a oportunidade de fomentar e defender a Paz Social tão almejada nestes tempos difíceis.

A Paz sempre vai depender de todos e de cada um de nós. Quem semeia vento, colhe tempestade – é o que se diz. O que vamos recolher, semeando Paz e Solidariedade?!

Vamos todos participar da Campanha Primavera para a Vida, de 15 a 22 de setembro de 2002, em todo o País! Este é o segundo ano da Campanha, e a CESE espera reunir ainda mais gente em torno de suas bandeiras cristãs de Justiça, Paz e Integridade da Criação! Colaboremos com a CESE e a Primavera para a Vida! Podemos juntos Semear Solidariedade e Paz, e todos viveremos muito melhor assim!



CESE

Coordenadoria Ecumênica de Serviço
www.cese.org.br



Primavera para a Vida

Semear Solidariedade e Paz
15 a 22 de setembro de 2002

**KOINONIA Presença Ecológica
e Serviço**Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Telefone (21) 2224-6713
Fax (21) 2221-3016
E-mail koinonia@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br**CONSELHO EDITORIAL**Emir Sader
Francisco Catão
Joel Rufino
Maria Emília Lisboa Pacheco
Maria Luiza Rückert
Sérgio Marcus Pinto Lopes
Yara Nogueira Monteiro**CONSELHO CONSULTIVO**Carlos Rodrigues Brandão
Ivone Gebara
Jethier Pereira Ramalho
Jurandir Freire Costa
Leonardo Boff
Luiz Eduardo Wanderley
Rubem Alves**EDITOR**

José Bittencourt Filho

ORGANIZADOR DESTE NÚMERO

José Maurício Arruti

EDITORA ASSISTENTE E**JORNALISTA RESPONSÁVEL**Helena Costa
Mtb 18619**EDITORA DE ARTE****E DIAGRAMADORA**

Anita Slade

COPIDESQUE E REVISÃO

Carlos Cunha

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO

Mara Lúcia Martins

CAPA

Ilustração: www.islam.com.br

PRODUÇÃO GRÁFICA

Roberto Dalmaso

FOTOLITOS

GR3

IMPRESSÃO

Reproarte

Os artigos assinados não traduzem
necessariamente a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso

R\$ 3,50

Assinatura anual

R\$ 21,00

Assinatura de apoio

R\$ 28,00

Assinatura/exterior

US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

KOINONIA**O respeito pelo Outro****6****PRESENÇA DO ISLÃ****ESPIRITUALIDADE****Islã: submissão a Deus****7**

Vitória Peres de Oliveira

CONFRONTO**Islã e Ocidente****13**

Nizar Messari

RADICALISMOS**E a Lua vem da Ásia – negros islâmicos****16**

Eduardo Henrique Pereira de Oliveira

SIONISMO**A Palestina não é só Islã****19**

Alex Akcelrud

TEOLOGIA**Sobre religiões e divisões****22**

Ivone Gebara

EX-DIGNIDADE**Adolescentes e drogas****24**

Esther Maria de M. Arantes

INTEGRAÇÃO**Timor Lorosa'e, obrigadu barak ba lisaun****27**

Regina Domingues

SOCIABILIDADE**Crise do estado de direito: o comum
nos crimes comuns****33**

Jorge Atílio Silva Iulianelli

JORNADA**Construindo laços de compromissos****37****DIGNIDADE HUMANA E PAZ****Para superar a violência****39****RUBEM ALVES****"Fora da Beleza não há salvação..."****41**

A intolerância religiosa e cultural

mostra novamente a sua face tenebrosa. Vemo-nos perante construções pseudocientíficas, que pretendem justificar os interesses da dominação, nas suas mais variadas expressões. À semelhança do que ocorreu nos primórdios do século XIX, quando os estudos científicos embrionários acerca da sociedade acabaram por legitimar o colonialismo europeu na África e na Ásia, retoma-se a fórmula que identifica o "atraso" e a "selvageria" em sistemas culturais e religiosos não ocidentais.

Tal formulação ideológica, tida como desgastada, não iria repercutir nos corações e nas mentes, não fora o medo semeado a partir dos eventos que se sucederam ao fatídico 11 de setembro de 2001. Tal qual após a Segunda Guerra, assistimos a uma re-divisão do mundo entre "bons" e "maus". O presidente Bush chegou mesmo a cunhar a expressão "eixo do mal" para designar países do Oriente cujos interesses não coincidem exatamente com o apetite norte-americano pelo gás natural e pelo petróleo armazenado em grande volume no subsolo desses mesmos países.

Repentinamente, líderes políticos, antes apoiados militar e financeiramente pelos EUA, são considerados uma ameaça para a humanidade, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos – os maiores emissores de gases poluentes na atmosfera – se negam a subscrever os protocolos em defesa do meio ambiente planetário. Quem estará colocando a humanidade em maior risco?

Mais grave ainda é quando o conflito começa a apresentar contornos religiosos. As matrizes da fé bíblica que aproximam judeus, cristãos e muçulmanos são ocultadas e desprezadas em nome de um suposto conflito entre valores civilizatórios, conflito este que justificaria a violação das liberdades públicas, dos direitos humanos, da soberania, e da autodeterminação dos povos e das nações. Uma vez mais, assistimos à formação de uma poliarquia militar com enorme poder de fogo, disposta a invadir e subjugar todos os inimigos, reais ou virtuais.

Assim sendo, faz-se necessário revisitar alguns temas que nos permitam ir além das fórmulas midiáticas que, na esteira do pensamento único, buscam induzir uma adesão incondicional às teses dos agressores e fazer com que prevaleça a lógica férrea do capital internacional, por sinal, o grande patrocinador desse processo de alinhamento compulsório de povos e países, e que recobre desde a invasão do Afeganistão até os encaminhamentos desastrosos da crise argentina; passando pela implantação da Alca e pelo Acordo Multilateral de Investimentos.

Tentando analisar esse "confronto civilizatório" (minuciosa e convenientemente planejado), pondo em realce outras perspectivas da questão, tentamos somar com os muitos empenhos de resistência contra essa nova faceta da dominação, que utiliza ações terroristas pontuais como justificativa para uma grande investida contra preciosos direitos democráticos, conquistados a preço de vidas humanas.

Façam bom proveito!

KOINONIA é uma instituição ecumênica assim como ecumênica é a alegria, a paz, a construção, a liberdade e também a tristeza, o medo, a destruição, o esmagamento da vida. No conjunto dos servidores, KOINONIA tem representantes dos que crêem (católicos, protestantes e outros) acima de tudo, no Deus da Vida, da Justiça e da Paz, e ainda representantes de entidades ecumênicas e do movimento social. Pela solidariedade e pela dignidade; contra quaisquer expressões da exclusão e da submissão humana, KOINONIA (em grego, comunhão) afirma seu compromisso radical ecumênico e quer fazer-se sempre presença e serviço.

Biblioteca - Koinonia

☒ Cadastrado

☒ Processado

Com carinho renovo a assinatura de TEMPO E PRESENÇA, uma revista inigualável para alimentar as nossas lutas intermináveis por mais justiça, mais ecumenismo (inclusive no nível de relações interpessoais e não só a nível institucional, eclesial, etc.) pois a paz, a justiça, brotam e crescem no íntimo de cada um de nós, e estendem seus ramos até onde chegam nossas relações, nossas intervenções e serviços que prestamos e/ou recebemos.

Obrigada por este alimento tão precioso! Tão necessário ao nosso espírito, à nossa esperança, perseverança, alegria e por podermos partilhá-lo com animados e desanimados para que o Mutirão de caminhantes e servidores aumente a cada dia, até que o fogo do Reino arda em todos os corações.

Com meu abraço amigo.

Maria Dotta
Carlos Barbosa/RS

Ao renovar minha assinatura de apoio, aproveito para reiterar a minha grande satisfação em receber esta excelente revista, trazendo textos superatuais e levando os leitores a uma reflexão mais profunda sobre questões da atualidade. Seria ótimo se os grandes tomassem conhecimento desta revista e a lessem e a realidade seria diferente. Parabéns a todos os integrantes da revista. Continuem assim.

Geraldo Moreira
Inhapim/MG

Fico muito grata pela revista TEMPO E PRESENÇA, seu conteúdo é muito enriquecedor, formativo e informativo. Sou assinante, quero presentear meu afilhado com uma assinatura; segue cheque nominal e cruzado, com endereço para a revista ser enviada.

Francisco Damião da Silva
São Paulo/SP

Primeiramente gostaria de me penitenciar por estar renovando a minha assinatura com relativo atraso.

Aproveito a oportunidade para dizer da alegria e satisfação que sinto por ser assinante de TEMPO E PRESENÇA. Muito se poderia dizer (milhares já o fizeram) do nosso trabalho, bem como da proposta/objetivo da revista. Mas abstenho-me de fazê-lo, pois desnecessário acho, prevenindo-me do perigo de tornar-me redundante.

Javé nos ilumine e guie!

Gabriel Martins de Oliveira
Lagoa da Roça/PB

Gostaria de expressar a minha alegria por ser assinante de TEMPO E PRESENÇA. Eu a conheci quando ainda estava no seminário, por intermédio de um amigo que não se apartava do seu exemplar. De lá para cá TEMPO E PRESENÇA só tem reservado muita alegria para mim. A cada número a revista se afirma mais em meio a essa pluralidade de informação que temos.

TEMPO E PRESENÇA tem me ajudado a manter o equilíbrio teológi-

co e a aprofundar a minha visão crítica da sociedade. Não há como haver uma separação entre nós. Eu me recuso a lhe dar o divórcio. Foi amor à primeira vista, daqueles que aparecem repentinamente, e, subitamente, nos arrastam indefesos para oceanos nunca dantes navegados. Não tem mais jeito. Percebem? Não tenho como fugir desse amor 'cabra da peste'...

Irailton Melo de Souza
Recife/PE

Sou assinante desta maravilhosa revista há muito tempo e renovei recentemente minha assinatura. Porém, gostaria de presentear um amigo com uma assinatura anual.

Parabéns a toda a equipe pelo belíssimo trabalho. Particularmente os textos do Rubem Alves, que são de uma beleza profunda. Gostaria de sugerir que Frei Beto e Leonardo Boff também publicassem suas reflexões na revista, pois seus trabalhos também são muito ricos.

Regina Soares Rodrigues
Niterói/RJ

O respeito pelo Outro

"...é sob forma de palavra, sob forma de ordem ética ou de ordem de amor que se faz a descida de Deus. É no Rosto do Outro que vem o mandamento que interrompe a marcha do mundo." (E. Levinas)

A ética trata da vida, a de todos e a de cada um de nós. De como dispomos nosso ambiente e nossas relações, em todas as suas dimensões, para tornar nosso existir pleno de significação e bem-estar. Falar sobre ética, implica procurar observar e compreender os fatores econômicos, políticos, sociais, culturais e, mesmo, biográficos que interagem, permanentemente, criando o espaço histórico no qual desenvolvemos nossa existência.

Mais do que em outros períodos da experiência humana, nunca foi tão grande a busca pelo sentido da vida. Esta situação tem suas raízes na operacionalização dos valores (ou antivalores) gerados a partir da revolução industrial e tecnológica, do século XVIII para cá, que deram forma à civilização contemporânea, dominada por uma racionalidade que não consegue satisfazer as carências de sentido e de transcendência dos humanos. Ou seja, a civilização que construímos na esperança de que viesse constituir para todos nós um lugar de bem-aventurança, até hoje só conseguiu mostrar a sua impossibilidade. A libertação dos humanos, a fraternidade universal, a paz entre todos, a felicidade, aparecem cada vez mais como frutos proibidos ao paladar humano. São bens dos quais a humanidade está infinitamente longe de poder desfrutar. O ser humano, hoje, é um ser solitário, disperso no anonimato dos imensos conglomerados urbanos, desenraizado e só.

Depois de ter perdido o que se poderia chamar de segurança cósmica ou de "relações estáveis" com a transcendência, acabou perdendo também a sua segurança sociológica. Daí o sentimento de solidão que o invade, enquanto habitante de um mundo que cada vez mais se lhe afigura hostil. Ele se retrai. Este seu retraimento diante do outro, seu semelhante, revela uma incapacidade imensa de comunicação, na medida em que o outro aparece como um concorrente, um inimigo a ser vencido.

Com o advento do neoliberalismo e a derrocada das experiências históricas embaladas pela utopia socialista restou aos humanos a busca de outras estruturas de orientação e sentido para aquietar sua fome de significação e, quem sabe, de reconstrução, noutros termos, da aventura humana da vida. É neste quadro que podemos entender o revigorecimento das antigas propostas religiosas e o impressionante desenvolvimento de novas alternativas de acesso ao sagrado.

Trata-se de expressões de religiosidade massivas que oferecem acesso ao sagrado de modo privatista e individual. Na verdade o que se observa é uma adequação de formulações religiosas, antigas ou novas, à ideologia dominante de afirmação do "eu" contra o "nós". Desde as diversificadas manifestações das religiosidades de caráter exotérico, enfeixadas na denominação comum de Nova Era até às não menos diversificadas experiências pentecostais-carismáticas, o que se observa é a ênfase na busca de soluções isoladas e individuais para problemas pessoais.

É contra o pano de fundo desta situação de exacerbado individualismo e de

evidente mal-estar civilizacional que devemos pensar em termos dos valores éticos com que podemos equacionar a questão de uma convivência democrática, dialógica, capaz de permitir às pessoas com diferentes estruturas de sentido para suas vidas, a construção de uma sociedade justa, igualitária e verdadeiramente humana, sem discriminações de qualquer espécie.

Como assinalou Umberto Eco, "a dimensão ética começa quando entra em cena o outro". Urge que nos esforcemos para a retomada do paradigma ético da alteridade, condição primordial para a construção de uma sociedade verdadeiramente humana. Trata-se, na verdade da busca de novas relações humanas fundadas no primado da liberdade e da justiça na sua plenitude em todos os níveis de nossa experiência humana e cujo elemento central se constitui na afirmação do direito inalienável do outro.

Infelizmente nossa civilização ocidental e infielmente cristã firmou suas bases numa concepção contrária a esta: a da afirmação, a todo custo, da supremacia do *eu individualizado*, auto-suficiente, que tem a pretensão de viver por si mesmo e para si mesmo, relegando o outro à condição de objeto a ser manipulado segundo os interesses e vontades do *Eu* absolutizado. Esta perspectiva, lamentável e repugnante, quando enunciada nestes termos, foi e é, no entanto, aquela que norteia o desenvolvimento material da modernidade ocidental. Ela é fruto da ambição narcisista do indivíduo isolado que procura, na acumulação de riqueza e poder, escapar do vazio que caracteriza sua existência separada de seu próximo.

submissão a Deus

Vitória Peres de Oliveira

O credo no Islã é a conduta porque nada é independente de Deus e lhe escapa. Cinco são as pilstras da fé islâmica. Teologia e Jurisprudência bebem das mesmas fontes. A *sharia* o que é? Esta é uma exposição não dogmática (não-proselitista), mas contextualizada do Islamismo numa linguagem 'pra lá' de didática

O Islã é a religião surgida na Arábia e pregada pelo profeta Muhammad (Maomé) no século VII. De acordo com o Corão, livro sagrado do Islã, a religião muçulmana não se originou da pregação do Profeta somente, ele apenas foi o último expoente do sistema divino. O Islã é a religião de todos os profetas de Deus que precederam Muhammad, é a religião de Adão, Noé, Abraão, Moisés e Jesus. Os mesmos princípios fundamentais estiveram sempre presentes, Muhammad revelou a última fase dessa revelação à humanidade.

Para o Islã, a ação é fundamental. Por isso se diz que o credo é a conduta, ou seja, a crença é essencialmente aceitar uma proposição para fundamentar a ação. As crenças no Islã se restringem a três que são a crença em um Deus Único, na divina revelação e na vida futura.

A ênfase fundamental é a unidade de Deus, ou *tawhid*, como se diz em árabe. Há um Deus único. A idéia de unidade funda a vida do muçulmano dando-lhe um eixo. Tudo no universo é sinal, é manifestação da Unidade Divina. Não há nada no mundo que seja independente de Deus, por isso qualquer ato do crente se acha sob a jurisdição divina.

A religião se estrutura no que se costuma chamar de os *cinco pilares da fé*. O primeiro é o *testemunho da unidade divina* e da mensagem profética

La ilaha ilallah, Muhammed rasul allah ("Não há Deus a não ser Deus e Muhammad é o seu profeta"), é afirmando esta mensagem que a pessoa confirma a sua conversão ao Islã. Esta afirmação contém profundas consequências, entre elas, como dizem os místicos, a de que nada a não ser o divino é real e que tudo depende dele. O segundo pilar comporta as *orações diárias obrigatórias* cinco vezes ao dia. Num país muçulmano pode-se ouvir pela cidade o chamado do *muez-zin* à oração. A oração liga a criatura ao Criador e estabelece a sua dependência. O terceiro pilar é *praticar a caridade* ou *zakat*. Essa caridade permite lembrar que tudo pertence a Deus e incentivar a solidariedade entre aqueles que têm fé. O quarto pilar é o *jejum*, *sawn* no mês de *Ramadã*. Leva o crente a afirmar sua vontade e liberdade diante dos seus desejos e também lembrá-lo daqueles que têm fome. O quinto é a *peregrinação a Meca*, o *haji*, pelo menos uma vez na vida. Nela o crente concretiza sua vivência na comunidade, *ummah*.

O Islã é uma religião de princípios simples, diretos, facilmente compreensíveis. É uma religião revelada, ou seja, o profeta Muhammed, recebeu a revelação direta de Deus, em pleno século VII. Foi uma mensagem revelada ao longo de vinte e três anos e é tida pelos estudiosos como uma das únicas revelações, da qual temos um

registro bastante preciso. Para o muçulmano, o Corão é sagrado, por ser a palavra de Deus. Costuma-se dizer, utilizando a comparação para facilitar o entendimento, que o Corão, para o muçulmano é Deus enlavrado, da mesma forma que Cristo é para os cristãos Deus encarnado. Muitas vezes no Corão, ouve-se Deus falando na primeira pessoa. Por isso, ouvir o Corão e recitá-lo é até mais significativo para o muçulmano do que apenas a sua leitura. Diz-se que sua recitação cria no ouvinte um estado interno muito especial e propício, que atualiza e permite que o crente como que reviva a experiência original de Muhammed e se comunique também com o Divino.

Essa idéia de comunicação direta sem intermediários humanos marca o islamismo, religião onde não há sacramentos nem um clero institucionalizado. O muçulmano se dirige a Deus diretamente sem mediação de ou-

trem. Muhammed é um profeta e não é considerado divino, mas profundamente humano.

O Islã, como um conjunto de princípios, é mais fácil de ser compreendido, de ser admirado. Entretanto o Islã não é só princípios, há a prática, e assim como nas demais religiões, a prática se distancia frequentemente dos princípios, chegando algumas vezes a distorcê-los e até mesmo a deformá-los. Há as várias leituras ou interpretações do Corão enquanto texto, mesmo sendo um texto sagrado. Desde a dos místicos que buscam seu sentido mais interior e esotérico, até a dos "fundamentalistas" que ficam no seu sentido mais exterior e literal. Por isso, pode-se falar nos vários sentidos do Islã.

Os princípios se expressam na prática, ou melhor, nas práticas dos crentes no seu viver cotidiano. Como em qualquer religião, a prática varia

em pelo menos duas direções, uma temporal e outra espacial, uma histórica, tanto pessoal quanto comunitária, outra localizada em um determinado espaço geográfico. Por exemplo, dissemos anteriormente que no Islã não há um clero institucionalizado autorizado a fazer mediações entre o crente e Deus. Teoricamente, em princípio, isto é verdade, entretanto na prática, vemos sim um clero organizado, institucionalizado, financiado muitas vezes pelo Estado muçulmano. Clero este que como disse Iqbal Ahmad em seu estudo sobre a direita religiosa, tem uma obsessão em regulamentar o comportamento pessoal e promover uma ordem islâmica reduzida a um código penal. Não se pode esquecer que no Islã a teologia e a jurisprudência têm as mesmas fontes.

Por isso, um dos temas que escolhi aprofundar ao falar da prática mu-

O ISLÃ NO BRASIL

O Islã no Brasil é uma religião de imigrantes e seus descendentes. Os convertidos sem ascendência muçulmana são muito poucos. Foi no final do século XIX, começo do século XX que chegaram os primeiros grupos de imigrantes sírio-libaneses. Nos primeiros grupos havia uma maioria cristã; só a partir do final da primeira metade do século XX, é que houve uma chegada maior de muçulmanos. São esses os muçulmanos que estão no Brasil agora, mas de fato o Islã chegou ao Brasil no final do século XVIII, começo do século XIX, com os escravos negros. Esses escravos muçulmanos, conhecidos como malês, eram de diversas etnias como os Haussás, Nagôs, Jejes, Tapas e Mandigos. Os malês foram os líderes das primeiras revoltas contra a escravidão no Brasil e devido ao seu caráter rebelde foram combatidos pelos poderes locais durante as revoltas e final-

mente não foram mais trazidos ao Brasil. Essa memória da presença muçulmana na história brasileira serve para mostrar que o Islã não é algo novo entre nós.

A população muçulmana do Brasil está, segundo fontes muçulmanas, em torno de 500.000¹, ou seja, 0,4% da população brasileira, dos quais 219.300 encontram-se no estado de São Paulo e destes, 200.000 filiados a Sociedade Beneficente Muçulmana da cidade de São Paulo. No Rio de Janeiro, há em torno de 5.000 em todo o estado.

Seu número é pequeno e sua visibilidade também é pequena, mesmo em capitais como São Paulo, onde há um contingente maior de muçulmanos. Um fato que ocorreu durante o início da nossa pesquisa de campo no segundo semestre de 2000, nas imediações das mesquitas, tanto na cidade de São Paulo como em São Bernardo, região metropolitana de São Paulo, mostra o nível de desconhecimento da população. Como não conhecíamos bem o local, pergunta-

mos a vários transeuntes, motoristas de táxi, comerciantes de bancas de revista e todos esbarravam na palavra mesquita: "Mesquita, o que é isso?" O desconhecimento desta religião entre as camadas populares parece ser muito grande. A questão da visibilidade vem mudando devido aos fatos recentes como o atentado de 11 de setembro de 2001 e a exibição de novela, em grande emissora de TV, que tratava de muçulmanos no Brasil.

A população muçulmana se organiza em torno de "Sociedades Beneficentes Muçulmanas". Essas sociedades servem de sede não só para o culto da sexta-feira (dia de prece congregacional), mas são também um espaço social e cultural dos membros. Algumas dessas sociedades têm suas mesquitas. A mais antiga é a Mesquita Brasil, no centro de São Paulo, fundada em 1960 (o terreno foi comprado em 1935 e a pedra fundamental lançada em 1940), é também a maior. No Rio de Janeiro, há uma mesquita em

culmana foi a *sharia*, dada a sua importância para um praticante que viva em um estado muçulmano. Vários estudiosos, muitos deles muçulmanos, afirmam que a *sharia* é atualmente uma das questões mais difíceis e espinhosas do Islã.

A prática, no Islã, visa abranger toda a vida do crente todos os seus atos se acham sob a jurisdição divina não importa que sejam fisiológicos, psíquicos, sociais ou políticos. Como disse acima, no Islã, o credo é a conduta. A conduta do muçulmano é pautada pelo ritmo religioso, as cinco orações durante o dia, a forma de vestir, de cumprimentar-se entre si, etc. Segundo o Corão o homem é fraco, falível, não por conta de um pecado original como no cristianismo, mas por ser uma criatura, e por isso o Corão se dirige não aos santos e perfeitos, mas a todos os homens e mulheres na sua humanidade. Não encoraja a ascese, mas a mo-

Os cinco pilares da fé: o testemunho da unidade divina; as orações diárias obrigatórias; praticar a caridade; jejum; peregrinação a Meca

deração. É, como dizem os estudiosos, a religião do equilíbrio, da vontade e do conhecimento. Sobre o conhecimento, *ilm* em árabe, é importante mencionar que essa palavra só aparece menos do que a palavra Deus no Corão. É parte da natureza essencial do próprio caráter da revelação, uma revelação de palavras e, portanto, de conhecimento e o Islã conclama aos que desejam submeter-se à vontade de Deus para que busquem o conhecimento e a reflexão. Roger Garaudy destaca que enquanto “em Moisés o lugar principal é ocupado pelos man-

damentos, no Corão, dos 6.000 versículos, apenas 200 apresentam a solução de problemas de direito”.¹

Por que então a conduta, o código moral, comportamental e jurídico, a *Sharia* e não uma busca pelo conhecimento e reflexão, ocupa um lugar tão destacado nos países muçulmanos dos dias atuais?

É importante voltar um pouco na história para se entender o que é a *sharia* e como surgiu.

Durante a vida do Profeta, os crentes seguiam os princípios e, qualquer dúvida, tinham o profeta por perto para aclarar. Foi um tempo muito intenso em que a comunidade participava da vida religiosa, política e até mesmo militar junto com o Profeta, que vivia em aposentos anexos à primeira mesquita localizada em Medina². Antes da morte do Profeta o Islã já havia se expandido e muitas tribos vizinhas se haviam convertido. Com o califa

Jacarepaguá, mas que foi fechada e a comunidade continua se reunindo na sede da Sociedade Beneficente que fica na rua Gomes Freire. Há grupos muçulmanos expressivos em São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Paraná, Brasília e representações menores em vários outros estados. Atualmente, em Foz do Iguaçu, tem surgido uma concentração significativa de muçulmanos, em geral vindos recentemente da Palestina.

No início da pesquisa, desenvolvida com a professora Cecília Mariz, o interesse principal era trabalhar com os conversos (sem ascendência muçulmana). Em reportagens de TV e jornal, se dizia que havia muitos conversos e que vários pentecostais teriam aderido ao Islã. A ida ao campo nos mostrou que isto não era bem assim. Os conversos eram poucos, em geral contados nos dedos pelos *sheiks* ou imãs das mesquitas.

Os muçulmanos brasileiros (imigrantes e filhos de imigrantes de segunda e terceira geração) já estão adaptados ao

País e a maior parte deles totalmente inserida na vida econômica e social brasileira. Isto fica ainda mais claro quando se contrasta esta comunidade com as comunidades muçulmanas na Europa, onde o imigrante muçulmano e seus descendentes constituem uma comunidade separada e muitas vezes marginalizada da sociedade onde vivem. Em pesquisa realizada por geógrafos franceses em 1991, foi constatado que a posição financeira e o nível educacional da comunidade muçulmana brasileira estava muito acima da média da realidade nacional. Em conversa com membros antigos e de liderança na comunidade muçulmana de São Paulo, ficava até patente o temor da possibilidade real de um afastamento da religião por parte das novas gerações, não somente pelos casamentos com pessoas de fora da comunidade, como por um afastamento da tradição dos mais velhos.

Estamos observando algumas questões muito interessantes. Uma delas

trata das novas lideranças brasileiras da religião. São jovens, filhos de imigrantes que vão estudar e se preparar em escolas e universidades de estudos islâmicos da Arábia Saudita e voltam ao Brasil para atuar como *sheiks* da sua religião. Esses novos *sheiks* têm assumido a liderança do Islã no Brasil, organizando e coordenando as diversas instâncias da comunidade muçulmana. Por intermédio deles chegam e são utilizados os recursos, oriundos principalmente da Arábia Saudita, para ajudar no estabelecimento e difusão da religião. Os novos *sheiks* são ainda em número pequeno e por isso ainda é comum encontrar *sheiks* vindos de países muçulmanos que são enviados ao Brasil para liderar a mesquita. Faz parte da obrigação de um estado muçulmano prover *sheiks* para que liderem e permitam que os muçulmanos sigam sua religião nos países onde vivem. Os *sheiks* estrangeiros raramente falam português e por isso utilizam o árabe

Omar, o segundo a suceder o Profeta, houve uma enorme expansão do Islã, que passou a abarcar toda a Arábia, parte do vizinho Império Sassânida, Síria e Egito. Menos de trinta anos após a morte do Profeta, já havia começado a reinar a primeira dinastia Omíada, sediada em Damasco.

Para muitos dos crentes, começou a haver então muito luxo, corrupção e interesses outros que se distanciavam dos princípios que haviam norteado a comunidade tanto na época do Profeta quanto durante os trinta primeiros anos após sua morte, quando governaram os quatro primeiros califas, conhecidos como os corretamente guiados, que ainda governaram a partir de Medina, lugar pequeno e simples sem a sofisticação de Damasco ou Bagdá, as posteriores capitais do Império.

Começou a haver então uma volta dos crentes ao exemplo do passado, ao

A prática, no Islã, visa abranger toda a vida do crente todos os seus atos se acham sob a jurisdição divina não importa que sejam fisiológicos, psíquicos, sociais ou políticos. No Islã, o credo é a conduta

modelo do Profeta, que ainda estava muito vivo na memória dos que viveram aquele tempo. Estudiosos começaram a coletar os ditos do Profeta, os *hadiths* e também a *sunna*, as tradições de comportamento do Profeta. A forma de pesquisar e validar esses *hadiths* foi extraordinária e é comum se reconhecer que o método histórico tenha surgido aí. Era preciso retratar a cadeia de testemunhos, certifi-

car-se das fontes, etc. Muitos *hadiths* eram recusados por serem, após escrutínio, considerados falsos. Quase três séculos (entre os séculos IX e X) depois da morte do Profeta surgiram então as seis coleções autorizadas de *hadiths*.

A *sharia*, lei divina, se constitui a partir do Corão, dos *hadiths* e da *sunna* do Profeta, junto com os princípios do raciocínio analógico e consenso dos estudiosos ou doutores da lei. Em seu conjunto ela forma a jurisprudência muçulmana e seu domínio é mais amplo do que os sistemas jurídicos de tipo ocidental. Codifica as relações do crente com a comunidade, com o Estado e com Deus e para o muçulmano representa a vontade divina.

Como disse antes, a *sharia* veio responder a ao anseio dos crentes por uma volta a um modelo exemplar num império em expansão que tinha por vezes outras agendas e o poder levava a corte

para se comunicar com a comunidade. Como a nova geração, em sua maioria não falava árabe, isto levava a um distanciamento, que agora com os novos *sheiks* pode chegar a mudar.

Outra questão também interessante é o estudo dos conversos, sem ascendência muçulmana, que apesar do seu número reduzido constituem um caso interessante para ser estudado e comparado com conversos de outras religiões. A primeira dificuldade encontrada é a língua. O árabe é a língua utilizada para as orações e é comum nas mesquitas que mesmo a pregação seja feita em árabe e depois traduzida para o português. Nas mesquitas de São Paulo é assim, no Rio de Janeiro, a pregação é feita em português, apenas as orações são em árabe. Outro aspecto interessante é que a conversão é muito mais masculina do que feminina. Além de haver menos mulheres convertidas, há bem menos mulheres

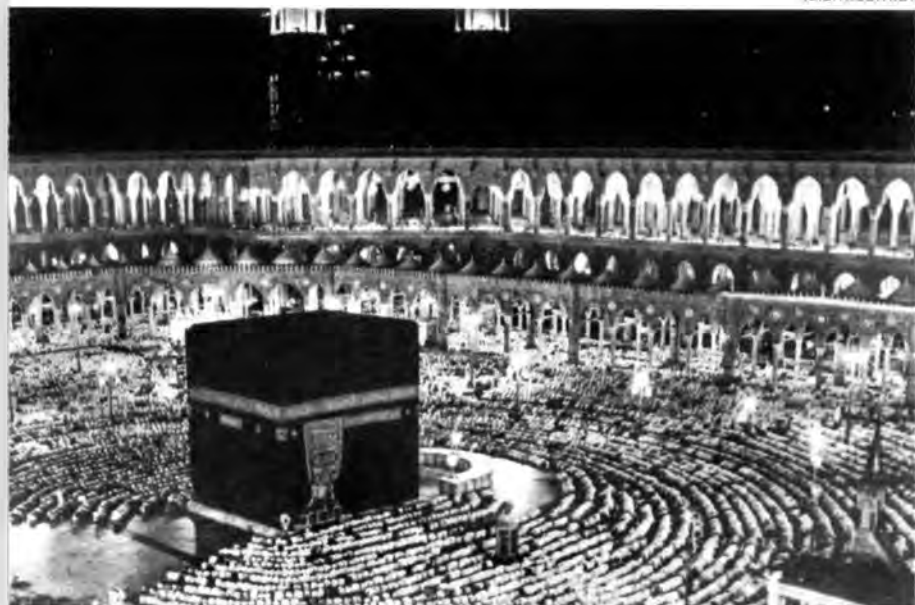
praticando a religião. Isto destoa das demais religiões estudadas no Brasil onde sempre o maior contingente é feminino. O Islamismo é basicamente uma religião masculina. A mulher não tem obrigação de ir à mesquita na sexta-feira para fazer a oração. Na mesquita Brasil em São Paulo, assistimos a uma oração congregacional na sexta-feira, quando havia em torno de 350 homens e 4 mulheres (uma delas era uma menina de 9 ou 10 anos). Um dos convertidos com que conversamos em São Paulo, reclamava que os mais velhos, normalmente imigrantes, não são muito receptivos aos brasileiros conversos.

Apesar de o Islã no Brasil ainda ser uma religião de imigrantes e seus descendentes, e não ter como prioridade converter membros da população que os circunda, é possível perceber o que se poderia interpretar como pequenos sinais de mudança, principalmente no grupo

liderado por *sheiks* brasileiros. Nesse grupo começa a aparecer um interesse maior, e a quantidade enorme de material (livros e revistas) impresso para a divulgação do Islã e distribuído gratuitamente nos centros pode ser uma prova disto.

O estudo dos muçulmanos brasileiros e sua vivência de um Islã dentro da cultura e sociedade brasileiras com certeza tem muito a contribuir para a compreensão do campo religioso no qual vivemos.

¹ Nos artigos após os atentados em Nova Iorque, os jornais falam de uma população muçulmana no Brasil de 1.000.000 e até de 1.500.000, citando também como fonte as lideranças muçulmanas (ver *Folha de São Paulo*, 23/9/2001; *O Globo*, 23/09/2001). Segundo fontes que trabalharam e interpretaram os dados do IBGE, em 1991 havia uma população de 22.000 muçulmanos no Brasil.



Caaba, Meca

a um estilo de vida excessivamente luxuoso e muitas vezes corrompido.

Ao mesmo tempo, segundo alguns historiadores, esse mesmo império, que crescia, precisava de uma religião mais institucionalizada que o ajudasse na sua tarefa de disciplinar o povo. É interessante lembrar que o cristianismo também se institucionalizou quando se tornou a religião de um império.

A *sharia* veio portanto, ao encontro de diferentes anseios e, como diz o estudioso italiano Alessandro Bausani (1980), foi o instrumento ideal para administrar um estado teocrático.

Junto com a institucionalização da religião propiciada pela *sharia*, deu-se o fechamento da porta do *ijtihad*, ou seja, o fechamento do estudo pessoal da lei, pelo Islã Sunita. Com isso a lei islâmica tornou-se como dizem alguns, um papa de papel. Os tratados de direito islâmico foram codificados nessa época e seguidos desde então ao pé da letra.

Para a maior parte dos muçulmanos a *sharia* é entendida como sagra-

da. A dificuldade vem daí, a lei positiva ou a *sharia*, é entendida como a vontade de Deus direta e pessoal expressada literalmente ao Profeta. É, portanto, um código de comportamento do século X aplicado ainda nos dias atuais.

O interessante é que a *sharia* foi codificada por homens três séculos quase após a morte do Profeta, mesmo assim é considerada sagrada. É composta não só de princípios do Corão, como também dos ditos e costumes do Profeta, muitos deles isolados do seu contexto original, o que levou a interpretações errôneas, como têm começado a discutir alguns estudiosos muçulmanos. A socióloga marroquina Fátima Mernissi (c.1987) tem trabalhado nesta direção e apontado para a dificuldade que é trabalhar com esses temas visto que a *bid'a*, ou seja a inovação no Islã, é entendida como um erro, uma violação da tradição sagrada. Outros intelectuais muçulmanos também têm começado a levantar a voz e conchamar a necessidade de uma adaptação e reforma.

Se, por um lado, como diz a estudiosa Karen Armstrong (1994), com seu olhar simpático ao Islã, a *sharia* “foi capaz de proporcionar um senso sacramental do divino às vidas de milhões de muçulmanos”, que ao imitar o Profeta, buscavam encontrar em si próprios o mesmo estado de abertura ao divino, por outro lado, a *sharia* tem engessado o Islã e criado um obstáculo para adaptar-se às mudanças históricas. Como diz Roger Garaudy, é primordial que o Islã de hoje diferencie “os princípios eternos das relações com Deus, das leis particulares pelas quais os homens, a partir desses princípios, organizam, em cada época, suas relações sociais” (1995:123).

Ele defende este argumento mostrando como a palavra *sharia* (que significa via, caminho) aparece pouco no Corão, apenas três vezes e se refere à lei divina, ou via divina comum a todas as revelações, formada por princípios bem amplos que segundo ele só Deus possui (o que relativiza toda propriedade humana), só Deus manda (relativizando todo poder humano) e só Deus sabe (que torna relativo o saber humano).

Apesar da dificuldade que envolve essa questão, principalmente pela conotação de sacralidade que a *sharia* possui, vários intelectuais muçulmanos começam a adentrar este emaranhado que seria separar os princípios, a orientação religiosa e moral dos programas ou métodos de aplicação, que vão sempre depender de condições concretas e históricas.

Há também aqueles que defendem a *sharia* e temos um exemplo bem próximo na entrevista que o *sheik* Ali, da mesquita de São Bernardo, em São Paulo, concedeu à revista *Caros Amigos*³. Nela ele diz que a *sharia* é a lei

de Deus e a defende explicando que essas leis têm que ser tomadas em seu conjunto, que é composto pelas punições, mas também pela obrigação do Estado de dar todo o sustento e assistência social para a população. Para ele quando a religião muçulmana é aplicada em seu conjunto, ela cria o Estado ideal. Como diz, "Deus é tão perfeito que as leis dele jamais poderão ser modificadas por um homem, seja ele quem for".

Outro tema atual importante para entender o Islã, é tolerância ou intolerância dessa religião. Como disse no início, Muhammed entendia que sua missão era restaurar a mensagem do Deus Único, a mensagem de Abraão, que havia sido desviada. Neste sentido o Islã se considera herdeiro e continuador das religiões monoteístas que o precederam, aceita seus profetas e acata suas mensagens anteriores. Durante o Império Islâmico, os "Povos do Livro", como eram chamados aqueles que tinham uma religião pautada por um livro sagrado, eram respeitados. Cristãos e judeus sempre conviveram e ainda convivem em muitos países muçulmanos. Havia uma intolerância para com os adoradores de ídolos, mesmo assim eles tinham a liberdade de se converter, e só quando não o fizessem, poderiam ser mortos. Os judeus não foram perseguidos em países muçulmanos e o rompimento com eles se deu a partir da questão da Palestina e da criação do estado de Israel. Temos na história cristã, exemplos muito mais fortes de perseguições e intolerância, do que na história muçulmana. Para lembrar apenas alguns do passado, podemos citar a inquisição, a expulsão dos muçulmanos e judeus da Espanha, a conversão dos índios nas Américas.

Os judeus não foram perseguidos em países muçulmanos e o rompimento com eles se deu a partir da questão da Palestina e da criação do estado de Israel

Neste sentido, como continuador das religiões monoteístas, o Islã se apresenta como uma religião tolerante, que respeita as anteriores. Entretanto, como tenho buscado mostrar neste artigo, pode-se entender um mesmo texto de várias maneiras. A questão traz consigo algumas tensões de fundo, que podem sempre aflorar e levar à intolerância. O Corão afirma, por exemplo, que foi necessário reatualizar uma mensagem deturpada e diz ser Muhammed, o último profeta, que cumpriu essa tarefa. Alguns interpretam isso, afirmando que o Islamismo é a religião mais correta e atualizada, já que as anteriores estavam deturpadas. Outra tensão que vibra de uma forma latente é que entre as religiões monoteístas do tronco abraâmico, tanto o cristianismo como o islamismo se reivindicam como religiões universais e têm a ambição de expandir-se enquanto mensagem modelar do projeto divino para a terra. Estas duas tensões quando afloram levam à intolerância, mas pode-se, entretanto, afirmar que a tolerância é mais constante no discurso muçulmano em geral e ao longo da história, sem esquecer que há sempre um espaço para uma reinterpretação que traga consigo uma visão intolerante e fanática em que o Islã se reivindica como única e melhor religião.

O Islã é uma das quatro grandes religiões do mundo e como tal tem

sido capaz de oferecer sentido aos seus adeptos. Suas diversas manifestações concretas, como as das demais religiões, trazem consigo tensões, dificuldades e conflitos. É preciso olhar para os vários aspectos do Islã e para seus diferentes seguidores, e ouvir suas vozes, tanto as moderadas como as radicais. Com certeza isto permitirá que compreendamos o Islã, não como um estranho, ou um outro "inimigo" contra o qual os cruzados precisaram lutar, mas como uma religião como a nossa, com seus desafios e sua busca por uma dimensão invisível que dê sentido a este mundo visível no qual todos vivemos.

Vitória Peres, doutora e professora da Universidade Federal de Juiz de Fora, Departamento de Ciências da Religião.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- BAUSANI, Alessandro. *El Islam en su cultura*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988 (c. 1980).
GARAUDY, Roger. "É possível um diálogo Norte-Sul? 'Nova Evangelização' e aplicação da shari'a". In *Deus é necessário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
GARAUDY, Roger. "Islã". In *Um apelo aos vivos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
MERNISSI, Fátima. *El harén político - el profeta y las mujeres*. Madrid: Ed. Del Oriente y del mediterráneo, 1987.

NOTAS

- 1 Ver Garaudy, 1995:123.
- 2 Ver Mernissi, c.1987.
- 3 Ver *Caros Amigos*, ano V, n. 56, nov.2001, pgs. 30-35.

e Ocidente

Nizar Messari

Atentados de setembro em Nova York e os 'suicidas' palestinos parece terem agravado a sensação de uma 'convivência impossível' entre muçulmanos e ocidentais. Afloram "supostas diferenças" de "valores e filosofia de vida". No entanto o Autor pretende discutir como tendenciosas tais idéias pela "herança comum dos muçulmanos e do Ocidente", por uma distinção equivocada entre "Islã e nós" em vez de "Islã em nós"

Os atentados terroristas contra os Estados Unidos da América (setembro de 2001) colocaram novamente na agenda internacional supostos antagonismos entre o Islã por um lado e o Ocidente por outro. Estes antagonismos, que teriam raiz cultural e religiosa, supostamente impossibilitam o entendimento entre muçulmanos e ocidentais em diversas áreas, da religiosa à cultural, sem esquecer a política e a economia. Na ocasião, os escritos do cientista político norte-americano Samuel Huntington sobre o choque entre as civilizações, e, em particular, sobre a ameaça de caráter "civilizacional" do Islã em relação ao Ocidente, ganharam ênfase e força. Os eventos recentes no Oriente Médio, onde atentados "suicidas" por parte de palestinos matam civis israelenses saindo de sinagogas, celebrando festas, ou num ônibus a caminho do trabalho, aprofundaram mais ainda esta sensação de convivência impossível entre muçulmanos e ocidentais, devido a supostas profundas diferenças em termos de valores e de filosofia de vida.

Tais idéias são tendenciosas por três motivos. Em primeiro lugar, porque ignoram a grande herança comum dos muçulmanos e do Ocidente. Em segundo lugar, porque, em vez de distinguir entre Islã e nós, têm que falar de Islã em nós, ou seja, da presença do Islã no Ocidente. Por fim, antes de falar sobre o Islã e o Ocidente, têm que falar do Ocidente no Islã.

Quanto ao primeiro ponto, a herança comum entre muçulmanos e ocidentais, vale lembrar que a Europa do final da Idade Média leu os filósofos gregos em... árabe. De fato, os árabes fizeram um esforço considerável para traduzir os grandes pensadores da Grécia Antiga do grego antigo para o árabe. Isto lhes permitiu, a baseados nesses pensadores gregos, ir além e contribuir para o conhecimento e a ciência. Nomes como Averroes e Ibn Khaldun são citados até hoje como grandes pensadores e suas contribuições ao pensamento e ao saber são consideradas fundamentais no Ocidente. Na Europa da Idade Média, era comum e natural os pensadores aprenderem a língua árabe – como hoje se aprende inglês – para beber da ciência não apenas dos próprios árabes, mas também da Grécia Antiga. Considerando o Ocidente de hoje baseado na matriz filosófica da Grécia Antiga, é legítimo argumentar que muçulmanos e ocidentais têm bebido na mesma fonte cultural e de civilização.

O segundo elemento é a crescente presença muçulmana no Ocidente. É de John Esposito, um acadêmico norte-americano da universidade de George Washington, a afirmação segundo a qual em vez de falar de Islã e nós, tem-se que dizer que o Islã somos nós. De fato, basta olhar as estatísticas para perceber que na Europa Ocidental, os muçulmanos representam o segundo grupo religioso na Alemanha, na Espanha, na França e na Inglaterra

Não se paga um imposto
ao Estado, mas a esmola
e a caridade são
especificamente
regulamentadas pela
religião. É portanto
responsabilidade do
indivíduo cumprir seus
deveres socioreligiosos
de solidariedade com
os menos favorecidos

para citar apenas estes. Nos Estados Unidos da América, o número de muçulmanos se equipara ao número de judeus, com a particularidade de não serem apenas imigrantes naturalizados ou de segunda geração, mas também negros americanos convertidos ao Islã. Em ambas regiões (na Europa Ocidental e nos Estados Unidos) o Islã representa uma das minorias cujo volume cresce mais rapidamente. Isto representa um desafio para o Ocidente, pois alienar o Islã pode resultar em alienar uma considerável parte dos cidadãos no Ocidente. Muitas vezes, estes cidadãos participam da vida política de seus países de maneira ativa por se identificarem com agendas específicas que necessitam de mobilização. Cito em particular aqui o engajamento dos muçulmanos com os grupos mais conservadores por compartilharem projetos no que se refere aos valores da família, ao lugar da mulher na sociedade e a outras questões de sociedade como o aborto. Uma quase perfeita semelhança de pontos de vista entre os radicais religiosos no cristianismo e no Islã justifica amplamente uma agenda política comum.

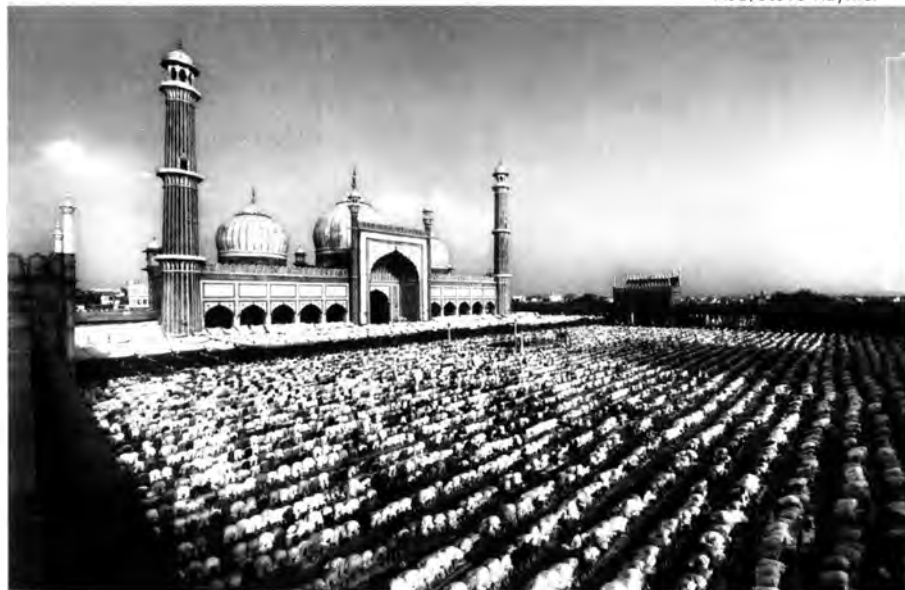
O terceiro ponto, ao qual vou dedicar maior importância neste artigo, refere-se à presença e influência do Ocidente no Islã. Destacam-se três aspectos a este respeito: os valores democráticos, a vitalidade crescente da sociedade civil e os direitos da mulher. Observa-se de saída que em todos os três aspectos, esta influência ocidental teve eco devido à perfeita harmonia entre estes aspectos e os valores da

sociedade muçulmana. Quero dizer com isto que havia um campo propício para a evolução e consolidação de tais questões na sociedade muçulmana.

Começando com os valores democráticos, é preciso dizer que a escolha do líder pelos liderados e a existência de assembleias populares para a consulta não representam propriamente influências ocidentais nos países muçulmanos. O profeta Maomé já aconselhava seus seguidores a escolherem seus líderes entre eles, enquanto o Islã defende o princípio da *shura*, ou seja,

da consulta, como essencial na tomada de decisão. A influência do Ocidente a este respeito refere-se a formalização dos anseios democráticos entre os muçulmanos. Do Marrocos ao Paquistão, passando pelo Egito, Irã e a Bósnia-Herzegovina, os regimes existentes – eminentemente não-democráticos – refletem a influência e a herança do contato com o Ocidente. E quando se clama por democracia nesses países, o modelo que se apresenta não trata em geral de simples *consulta* – como a própria *shura* parece sugerir – mas sim de uma assembleia legislativa e representativa dos cidadãos. Quanto à escolha do líder, os setores pró-democracia nos países muçulmanos não querem limitá-la a poucos líderes, mas sim expandir esse direito a toda a população. Nada mais representativo a este respeito do que tem ocor-

AJB/Steve Raymer



Muçulmanos na Índia

A religião muçulmana veio para dar dignidade às mulheres, resguardando-as dos abusos de que eram alvos. As mulheres precisavam de proteção, o que fez com que o lar se tornasse esse lugar seguro

rido na República Islâmica do Irã, onde há um debate significativo e público sobre a distribuição de funções entre o líder religioso e o Presidente democraticamente eleito por mais de 70% da população para dois mandatos seguidos. Este embate põe em campos opostos muçulmanos conservadores e muçulmanos progressistas, e a influência do Ocidente no segundo campo é nítida ao ponto de por vezes se tornar um empecilho (quando recebe a acusação de “vendidos ao Ocidente”).

Em relação à existência e vitalidade da sociedade civil, pode-se dizer que o papel mínimo que a religião muçulmana (que se diz de *deen wa dawla*, ou seja, “religião e Estado”) dá ao Estado resulta numa crescente responsabilização do indivíduo. Assim, por exemplo, não se paga um imposto ao Estado, mas a esmola e a caridade são especificamente regulamentadas pela religião. É portanto responsabilidade do indivíduo cumprir seus deveres sociorreligiosos de solidariedade com os menos favorecidos. Portanto, quando no final da década de 1980 começaram a florescer organizações não-governamentais (ONGs), por influência de um modelo desenvolvido no Ocidente, ela encontraram um campo propício nos países muçulmanos. Houve no entanto adaptações e evoluções dentro desse marco. Desta forma, as ONGs que defendem os direitos humanos, o meio ambiente, assim como o combate à corrupção, representam uma pura adaptação ao modelo ocidental. Mas as ONGs de caráter militante (em vez das ONGs que possuem um

caráter solidário) encontraram também um terreno propício a seu desenvolvimento nos países muçulmanos devido à falta de democracia e à extensa corrupção nos regimes que dominavam – e que continuam dominando – a cena política nos mesmos países. Hoje em dia, em países como a Turquia, o Egito e os países do Magreb, a sociedade civil desenvolve funções fundamentais nitidamente independentes dos Estados. A influência e o apoio das ONGs ocidentais representa um grande trunfo para as ONGs nos países muçulmanos.

Quanto aos direitos das mulheres, deve-se dizer que, na história original, a religião muçulmana veio para dar dignidade às mulheres, resguardando-as dos abusos de que eram alvos. Nessa prática, as mulheres precisavam de proteção, o que fez com que o lar se tornasse esse lugar seguro, e a função do homem acabasse sendo a de proteger as mulheres. Para além dessa prática idealista, pode-se dizer que em várias instâncias (da herança ao casamento, passando pelo divórcio) o Islã colocou os homens em posições privilegiadas, prejudicando muito as mulheres. Com a influência do movimento feminista ocidental, principalmente no decorrer do século XX, as feministas muçulmanas tiveram cobertura internacional e um modelo para orientá-las. Suas reivindicações seguem o exemplo do que ocorreu no Ocidente

para avançar seus propósitos a respeito da participação política, dos direitos econômicos e da violência. A condição desigual das muçulmanas nas suas respectivas sociedades era um motivo suficiente para tornar o movimento feminista naqueles países um movimento vigoroso. No entanto, além deste aspecto, houve também a influência ocidental, seja como modelo seja com apoio efetivo e formal. As conferências das Nações Unidas no Cairo e em Beijin em 1994 e 1995 foram instâncias que representaram exemplos reveladores dessa dupla função das ONGs ocidentais em relação com suas parceiras no mundo muçulmano.

O Ocidente e o Islã compartilham muito mais aspectos do que se distinguem. Vale a pena lembrar aqui que na Andaluzia entre os séculos IX e XV, muçulmanos, judeus e cristãos conviveram juntos demonstrando uma grande tolerância uns com os outros, e uma grande capacidade de conviver com as diferenças. Aquela experiência de convivência e aceitação da diversidade entre as três culturas do Mediterrâneo durante a qual as três tradições religiosas se influenciaram mutuamente representa o modelo a ser reproduzido e copiado hoje. Isto não significa negar as diferenças, mas sim afirmar estas diferenças como uma fonte de riqueza. É assumindo e defendendo tal diversidade que Ocidente e Islã podem coexistir.

Nizar Messari, professor do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

E a Lua vem da Ásia – negros islâmicos

Eduardo Henrique Pereira de Oliveira

*Religião é o que fazemos dela.
Não existem coisas tais como um Islã,
no sentido abstrato.
Assim como não existem coisas como um
Cristianismo
ou um Judaísmo, no abstrato.
Islã, Cristianismo e Judaísmo são o que
os crentes fazem deles.
São o que os crentes crêem e fazem.
(Mulah Abdullahi Na-Na'im)*

Nem "guerra de civilizações", nem "uma nova guerra fria", mas revitalização das relações brancos/negros que a mídia como porta-voz de poderosos, tentou identificar, muito particularmente após o episódio das torres setembrinas arrasadas, como sendo brancos/cristãos, o bem; negros/islamitas, o mal

Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, deixaram marcas profundas muito além dos locais atingidos pelos aviões-bomba. Por mais que me pareça claro que quem planejou o ataque calculou, também, a proporção do contra-ataque, não estou certo de que a verdadeira guerra de civilizações que se seguiu poderia ser completamente prevista. Ou seja, por mais que o objetivo tenha sido a busca de uma reação militar norte-americana – e a consequente revitalização do fundamentalismo islâmico que se seguiu –, ainda nos parece difícil aceitar que tanto um lado quanto o outro buscam um confronto generalizado. Não faltaram pessimistas de plantão, profetizando o surgimento de um novo inimigo para uma nova guerra fria. É bem verdade também, que não demoraram as manifestações de intolerância e o clima de caça às bruxas.

Se por um lado o pós-atentado nos trouxe a incomoda situação de estarmos vivendo o primeiro estado-de-exceção global, quando as constituições dos

Estados Nacionais parecem ter sido suspensas em nome da guerra ao terror, por outro, difundiram-se amplamente noções preconceituosas sobre um outro que deve ser vigiado, caçado e combatido. Assim, toda pessoa de origem árabe ou todo adepto do islamismo são percebidos enquanto terroristas e inimigos potenciais da civilização ocidental e da democracia.

Nenhum grupo deve ter vivido mais fortemente as contradições desse momento do que a comunidade islâmica norte-americana, como atestam as inúmeras notícias de violência e arbitrariedades sofridas por quem nasceu de um lado e professa a fé do outro. As dificuldades, porém, devem ter sido ainda maiores para a comunidade islâmica negra dos Estados Unidos. Maiores, porque continuaram pressionados por ambos os lados, pela a maioria protestante do país e pela ortodoxia islâmica que, apesar de não reconhecer seu islamismo, aproveitou o momento para acusar a sociedade americana de racista e antiislâmica.

A situação dos muçulmanos negros nos Estados Unidos da América sempre foi amplamente polêmica. Seus líderes são tidos como os mais radicais do movimento negro, suas pregações são tidas como racistas e anti-semitas. Suas organizações, por diversas vezes foram acusadas de violentas e manipuladoras. Sua fé, tida por muitos como ilegítima.

Apesar da existência de um contingente cada vez maior de imigrantes

africanos fiéis ao Islã, o grande número de muçulmanos negros na América do Norte seguem o culto criado em 1930, na cidade de Detroit, por um imigrante saudita chamado Wallace Fard (nascido Wali Farad Muhammad). Fard teria sido seguidor do *profeta* Ali Drew, criador do Templo da Ciência Moura da América. Sua mensagem misturava princípios cristãos, ideais islâmicos e identidade negra.

Após o assassinato de Ali Drew em 1929, foi Wallace Fard quem organizou o culto exigindo que os negros americanos renunciassem ao cristianismo, que acusava de ser a religião do branco. Com um discurso contundente, capaz de oferecer esperança para um povo oprimido por uma ideologia racista e saído de uma crise econômica sem precedentes, Fard funda o Templo Islâmico de Detroit alcançando, já em 1934, mais de oito mil seguidores. Para ele a melhoria das condições de vida dos negros, viria pela disciplina, pelo orgulho racial, pelo conhecimento de Deus e por uma vida fisicamente separada dos brancos.

Em junho de 1934, porém, Wallace Fard sumiu misteriosamente, permitindo que seu sucessor o proclamasse Alá personificado. Elijah Muhammad foi quem consolidou e deu institucionalização aos Muçulmanos Negros (Black Muslims). Sob seu comando, muitas terras foram compradas nos estados do Sul e negócios foram abertos. Foi ele, também, o criador da guarda paramilitar que identificou o grupo por muito tempo.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Elijah Muhammad aconselhou seus seguidores a não se alistarem no Serviço Militar obrigatório, o que lhe custou uma condenação de quatro anos de prisão, entre 1942 e 1946. Depois deste período, Elijah aumentou ainda mais o número de seus seguidores apontando os afro-americanos como sendo o *povo escolhido* para construir o reino dos céus na Terra.

O ritmo de crescimento do grupo atingiu seu auge nos anos cinquenta. Foi nesse período, que um malandro batedor de carteiras e aplicador de pequenos golpes ficou conhecendo as pregações do líder dos Muçulmanos Negros. Condenado a dez anos de prisão por roubo, em 1946, Malcolm Little foi convertido na prisão e certamente estava longe de imaginar que se tornaria o mais ilustre membro do novo culto. Após deixar a prisão, em 1952, Malcolm se mudou para Chicago a fim de conhecer pessoalmente Elijah Muhammad. A imediata empatia entre os dois, garantiu a Malcolm o posto de auxiliar imediato do líder. Mantendo uma prática comum entre os seguidores de Muhammad, que acreditavam possuir sobrenomes dados por senhores de escravos a algum antepassado, Malcolm passa a adotar o X como sobrenome.

Durante todos os anos de 1950, a figura de Malcolm X será projetada como a mais dinâmica do grupo. Sob seus cuidados, um novo jornal será lançado, *Muhammad Speaks* (Maomé fala!) e uma série de novas mesquitas serão inauguradas. Ele próprio foi apontado ministro da Mesquita do Harlem, o que ajudou muito a projetá-lo no cenário político do início da década de 1960, quando o Movimento pelos Direitos Civis ganha as ruas.

A situação de *apartheid* racial institucionalizada responde em muito pelo crescimento do culto islâmico entre os negros. Até 1962, quando a Suprema Corte decide favoravelmente a John Love, no processo judicial conhecido como Love versus Virgínia, o casamento entre cidadãos de raças diferentes era proibido por lei. Era um exemplo da real separação entre brancos e negros, que possuía um caráter meramente alegórico no discurso religioso dos muçulmanos negros.

O próprio Malcolm X tinha uma história de vida com marcas profundas dessa segregação. Seu pai, um militante

da Associação Universal para o Desenvolvimento do Negro (Unia), foi por várias vezes ameaçado por membros da Ku Klux Klan. Após ter a família inteira ameaçada, Earl Little mudou-se para Lansing, Michigan, na esperança de ter maior segurança. Sem cessar a militância, acaba tendo a casa incendiada, em 1929, por membros de um segmento da Klan autodenominada Legião Negra. Em 1931, Earl Little foi encontrado morto nos trilhos do bonde local. Ninguém foi acusado pelo crime, apesar de existir um consenso de que a Legião Negra estaria envolvida. A mãe de Malcolm nunca se recuperou do trauma, acabou internada numa clínica psiquiátrica por vinte e seis anos.

A mensagem religiosa que estava sendo formulada, portanto, respondia aos anseios de dignidade e auto-estima da comunidade negra. A ascese islâmica, valorizadora do debate intelectual, do estudo profundo acerca dos mistérios e filosofias da vida, da retidão de conduta, do combate aos vícios e aos prazeres e luxúrias, acaba por representar uma alternativa àquilo que era tido como sendo o estabelecido: cristandade, discriminação dos negros, consumismo, vaidade e fracos valores morais.

Fenômeno parecido pôde ser verificado nos processos de conversão de sociedades africanas. Tendo sido os árabes os primeiros a visitarem e estabelecerem relações comerciais com as várias nações africanas, logo ficou claro que a única alternativa à morte e à escravidão seria a conversão, já que as escrituras sagradas proibem a escravidão do crente. Além disso, a conversão poderia significar também a oportunidade de educação formal, já que todo fiel é obrigado a ler as escrituras. A própria palavra muçulmano significa aquele que é educado, que sabe ler.

Mesmo nos Estados Unidos, as condições de vida e educação da população negra eram baixas o suficiente para que uma imagem culta e proba sedu-

zisse muito. Outro dado significativo, está no fato de que muitos fiéis foram convertidos na prisão, abrindo a possibilidade de uma ressocialização baseada em uma nova imagem.

Não por acaso, essa foi a trajetória do próprio Malcolm X. Ele mesmo deixou uma vida de vícios e golpes, para assumir uma nova identidade. Essa mudança pode ter sido importante para sua consolidação como um líder negro de expressão. Durante o período de lutas pelos direitos civis, Malcolm se tornou um dos grandes nomes, em oposição ao reverendo Martin Luther King Jr.

Por uma grande injustiça histórica, contudo, seu nome está sempre associado aos posicionamentos mais radicais. As origens e condições sociais dos negros que se converteram alimentaram muito do radicalismo e da postura do grupo. Elas nos permitem, entretanto, perceber também a sofisticação e a vocação política de Malcolm X.

Em apenas um ano, dois episódios extremos nos permitem testemunhar seu brilhantismo político. No primeiro, em 1963, suas declarações sobre o assassinato do presidente John Kennedy lhe custaram uma punição, por afastamento, movida por Elijah Muhammad. Sua imagem pública ficou muito abalada e as opiniões sobre o seu radicalismo e, por consequência dos muçulmanos negros, se intensificaram.

Menos de um ano depois, entretanto, suas opiniões surpreenderam todo o país. Após uma viagem de peregrinação a Meca, em março de 1964, Malcolm rejeita publicamente suas crenças anteriores e sua defesa da separação física de brancos e negros, bem como sua pregação de que os brancos representariam o mal.

São famosas as imagens de uma entrevista na televisão americana, onde ele reconhece que estava errado. A surpresa do próprio entrevistador é inegável. Nela, Malcolm fala sobre sua surpresa ao perceber que muitos muçulma-

A melhoria das condições de vida dos negros viria pela disciplina, pelo orgulho racial, pelo conhecimento de Deus e por uma vida fisicamente separada dos brancos

nos em Meca eram brancos e que ele foi tratado como um irmão por outros seguidores do Islã. Dada a nova visão, Malcolm deixou a organização de Elijah Muhammad, e montou sua própria Organização da Unidade Afro-Americana.

O choque provocado pela retratação de Malcolm X foi tão grande, que certamente está na raiz dos motivos que levaram ao seu assassinato, em 21 de fevereiro de 1965, num comício no Harlem. Três muçulmanos negros foram condenados pelo crime, mas as diferenças internas ficaram evidentes. Muitos apontam Elijah Muhammad e o mais novo ministro da mesquita do Harlem, Louis Farrakhan, como os verdadeiros mandantes. A filha de Malcolm, Qubilah Shabazz, foi acusada de organizar um atentado contra Farrakhan, em 1995.

As diferenças internas levam o grupo, em dez anos, a uma situação de extremo conflito. Mas só após a morte de Elijah Muhammad, em 25 de fevereiro de 1975, é que o grupo será dividido. De um lado o filho de Elijah, Wallace Deen Muhammad, que era admirador de Malcolm e que defendia uma aproximação em relação à ortodoxia islâmica, na tentativa de ter seu islamismo reconhecido. De outro, estava Louis Farrakhan preferindo manter-se fiel aos ensinamentos de Elijah Muhammad.

Assim, surge em 1977 um novo grupo de Louis Farrakhan, autodenominado A Nação do Islã (*The Nation of Islam*), em referência a um termo também utilizado por Elijah Muhammad

para designar os Muçulmanos Negros (*The Black Muslims*).

Farrakhan tem sido seguidamente acusado de racismo e anti-semitismo, devido a inúmeras declarações polêmicas. Sua liderança tem sido questionada, dada a sua figura controversa, embora seja possível concluir que ele saiu muito fortalecido depois de ter convocado a marcha de "um milhão de homens" (*A Million Man March*). Segundo sua própria definição, a marcha seria um chamado para que a comunidade buscasse *superioridade moral e ética, buscando se desenvolver espiritual, moral, mental, social, política e economicamente*. Sua crítica à sociedade americana é tão ácida, que fica difícil de entender por que nunca houve um rompimento radical, como fizeram os Hebreus Negros (*Black Hebrews*).

No início dos anos de 1970, um ex-presidiário de Chicago – convertido ao judaísmo na prisão, Ben Carter, comandava a emigração de um grupo de liderados até Israel, onde passaram os primeiros vinte e dois anos buscando o reconhecimento de sua fé e, portanto, seu direito a nova nacionalidade. Hoje, cerca de dois mil integrantes dos *Afro-hebreus israelitas de Jerusalém* vivem em péssimas condições, com visto provisório de residência, no meio do deserto do Neguebe, na cidade de Dimona.

Ambos os casos enfrentam o mesmo problema, dificuldades de ter sua fé reconhecida pelas autoridades religiosas correspondentes. No caso islâmico, apenas os Muçulmanos Negros (*Black Muslims*) são reconhecidos, na medida em que sua aproximação com a ortodoxia islâmica definiu regras de conversão e práticas rituais. Em ambos os casos, porém, a fé parece tentar apontar para as mesmas direções: a construção de uma dignidade humana e o direito de ser negro.

Eduardo Henrique Pereira de Oliveira, sociólogo e coordenador executivo de Afirma Comunicação e Pesquisa. (www.afirma.inf.br)

A Palestina não é só Islã

Alex Akcelrud

Um texto amplamente iconoclasta: derruba imagens, mitos, hipocrisias, todos inventados ao sabor imperialista que gerou um Estado Judeu encravado no meio de vinte e dois países muçulmanos, os quais, entretanto, já estavam lá antes do "voto de Minerva" de um brasileiro.

Na Palestina convivem em harmonia e sofrem em conjunto as três grandes religiões do "Livro", monoteístas: islã, judaísmo, cristianismo

O primeiro mito a demolir é este: de um lado está o ocidente judaico cristão, o povo semita de Abraão, Moisés, Davi e Jesus – povo que "voltou" à sua terra, recriando Israel; do outro lado, o Oriente árabe-islâmico, chegado lá no século VII (os palestinos).

Não é nada disso. Aliás, enquanto o "esquecimento" em voga não era tão grande, livros didáticos aqui diziam que a Palestina era a terra dos hebreus na antiguidade. Insuspeita assimetria: "Israel" é judaico (mesmo quando alguém pega emprestado). "Palestina" ("Filastin") não é palavra árabe ou islâmica. A antiguidade dos filisteus e cananeus é mais do que bíblica. Sua hegemonia demográfica e cronológica impregnou a terra e os que nela viveram, a despeito de origem e religião (Jesus era semita e palestino, ao contrário de Ben Gurion e Sharon, judeus de origem européia, que nunca "retornaram" a Israel).

"Antes da primeira migração hebraica (cerca de 1800 a.C.), a terra de Canaã era ocupada pelos cananeus. Entre 3000 e 1100 a.C., a civilização cananéia cobriu o que é hoje Israel, a Cisjordânia, o Líbano, e muito da Jordânia e da Síria... Aqueles que ficaram nas colinas de Jerusalém depois da expulsão dos judeus pelos romanos (II d.C.) eram um mosaico: pagãos e convertidos ao cristianismo, descendentes de árabes, persas, samaritanos, gregos e velhas tribos cananitas." (Marcia Kunstel e Joseph Albright, "Their Promised Land".)

É Canaã o eixo da herança ancestral palestina. Estes povos diversos "eram adições enxertadas na árvore-mãe cananita. Os árabes, vindos no século VII, converteram (muitos) nativos ao Islã, tiveram casamentos mistos com eles e se estabeleceram como residentes... Não se pode dizer onde acabam os cananeus e começam os árabes." Nisto, os reinos judaicos foram só um dos muitos períodos da antiga Palestina: "Os reinos de Davi e Salomão nos quais os sionistas baseiam suas reivindicações territoriais duraram apenas cerca de 73 anos... Então se separaram... mesmo se admitirmos independência a toda a vida dos antigos reinos judaicos, da conquista de Canaã por Davi em 1000 a.C. (lembra-se de um filisteu chamado Goliath?). Até a liquidação de Judá em 580 a.C., chegamos a só 414 anos de governo judaico." (Ilene Beatty, "Arab and Jew in the Land of Canaan").

Crisol de povos e minorias esquecidas (como os drusos e beduínos), a Palestina é uma esquina geográfica do planeta e o ponto de convergência ecumênica do monoteísmo clássico (judaísmo, cristianismo e islã). Falando em convergência, chamamos de "Guerra do Vietnã" aquela que os vietnamitas chamam de "Guerra Americana". Vemos as Cruzadas como guerras do cristianismo contra os árabes muçulmanos. Eles não viram bem assim. Aliás, voltando ao "esquecimento", a Guerra das Malvinas não foi vencida pela Europa, mas pela Inglaterra. A Guer-

ra do Pacífico não foi vencida pelo Ocidente, mas pelos Estados Unidos da América. Já as cruzadas foram vencidas... pelos árabes" (!). Aliás, quando retomou Jerusalém dos cruzados (que massacraram e expulsaram tantos de seus habitantes), Saladino deparou-se com a escolha entre fechar a cidade aos cristãos, por segurança, ou submeter-se às leis de sua fé, que exigem a liberdade de culto. Seguindo o preceito islâmico da consulta, aconselhou-se com seu amigo Maimônides (grande filósofo judeu). Maimônides, na linha de outros menores de sua época, dizia que se um judeu fosse obrigado a converter-se ao cristianismo, deveria preferir a morte, mas diante de pressão igual para se converter ao Islã, que aceitasse a conversão (a religião seria basicamente a mesma). E foi esse Maimônides quem convenceu Saladino de que o último lugar em que um cristão (mesmo europeu) poderia ser impedido de entrar seria Jerusalém. Depois de massacrada e vencedora, a cidade voltou a se abrir.

Os cristãos da Palestina não deixaram de ser palestinos durante as Cruzadas e foram os palestinos (não "os muçulmanos") que resistiram ao invasor europeu, como há mais de meio século, os palestinos católicos, evangélicos e ortodoxos se consideravam tão palestinos e tão invadidos por Israel quanto os muçulmanos nacionalistas e comunistas do país.

Tanto a exuberância dos diversos afluxos culturais – migratórios, quanto a tradição milenar de violências imperiais (das quais as crucificações são só um episódio) se vinculam ao

Se um judeu fosse obrigado a converter-se ao cristianismo, deveria preferir a morte, mas diante de pressão igual para se converter ao Islã, que aceitasse a conversão (a religião seria basicamente a mesma)

caráter de esquina do mundo. Entende-se daí por que a violência imperial sionista sempre destruiu e saqueou as apresentações daquela exuberância: igrejas, mesquitas, casas, aldeias, cidades, bibliotecas e museus. Como religião do esquecimento, o sionismo fez desaparecer, como subversivas, antiguidades como livros e instrumentos musicais, utensílios domésticos e agrícolas, esculturas e peças de metalurgia, roupas típicas e vasos... qualquer caco de cerâmica que ajudasse a documentar a continuidade milenar e a existência única da Palestina tinha

que ser inexistido (Goebbels confessou que sacava sua pistola quando ouvia falar em cultura). A Palestina tem que ser só o Islã, para que a revista *Menorah* diga: "Covardia e ganância: 22 países muçulmanos cercam o Estado Judeu" (eles já existiam quando encravaram esse estado lá).

Na Cisjordânia ocupada, o exército invasor proíbe livros didáticos de história ou geografia com a palavra Palestina. Os professores de lá contaram ao repórter Joe Sacco que isso deixou de ser um grande problema. Depois que a Intifada começou, não foi mais preciso explicar aos meninos que ali não é Israel. A luta é contra o mandamento de Golda Meir: "É como se não houvesse um povo palestino, que se considerava povo palestino quando nós chegamos, expulsamos e tomamos seu país. Eles não existiam." Também judia, Hanna Arendt lembrou que a luta contra a opressão é a luta da memória contra o esquecimento. E cumpre notar que, se a memória é ecumênica, já o esquecimento, bem... "Com a criação do chamado Estado de



Mesquita de Alaqusa, em Jerusalém

A violência imperial
sionista sempre destruiu
e saqueou as
apresentações daquela
exuberância: igrejas,
mesquitas, casas, aldeias,
cidades, bibliotecas
e museus

Israel, o sionismo se tornou tão sectário que de acordo com as atuais leis fundamentais desse Estado, nem Saul, nem Davi, nem Salomão poderiam beneficiar-se da 'Lei de Retorno' (a mesma que permite a volta dos que nunca foram). Nenhum dentre eles seria considerado judeu: Saul, porque a mãe dele era cananéia; Davi, porque a avó Rute, era moabita; e Salomão, porque erguia templos para os deuses de suas concubinas politeístas." (Roger Garaudy).

Olhando o mapa se vê que, mesmo sem o petróleo em jogo, o entroncamento de Ásia, África e Europa é estratégico, e não há economia internacional e império que progridam sem passar por lá. É também a cintura e o elo entre as duas grandes metades dos mundos árabe e islâmico. Extremo Oriente à parte, isso dá uma imensidão que vai de Argélia/Nigéria ao Paquistão. Não é só geografia. Há uma tradição milenar como pólo de irradiação cultural e vanguarda política de referência destes dois mundos. Por sua vocação cosmopolita e ecumênica, o país sempre foi um dique de contenção contra a xenofobia e o sectarismo naquele pedaço do planeta (aliás, o tal terrorismo islâmico na Palestina é historicamente armado, financiado e insuflado por Israel, o que não cabe expor nos limites deste artigo).

A primeira Intifada, em 1936, foi massacrada pela ação conjugada do exército imperial britânico e da Haganah (exército sionista). O banho de sangue foi proporcional ao fato de que a revolta anticolonial palestina havia se alastrado pelo Oriente Médio, e a

defesa do direito imperial à carnificina foi assumida em nome dos interesses de imposição de um estado sionista: *Eu não concordo com que o cão que está na manjedoura tenha o direito final à manjedoura, mesmo que ele esteja deitado lá há um tempo muito longo. Não admito esse direito. Não admito, por exemplo, que um grande mal tenha sido feito aos Peles Vermelhas da América ou ao povo negro da Austrália. Não admito que tenha sido feito um mal a esses povos pelo fato de que uma raça mais forte, uma raça de nível mais alto, uma raça que conhece melhor o mundo, para colocar desse modo, tenha vindo e ocupado seu lugar* (Winston Churchill).

Não há novidade em ser imperialista e massacrar. Mas, na Palestina, para o Ocidente judaico-cristão, isso é "purificar" a sua própria história, tornando-a uma história de um eu que não tem em si o outro. Um "nós" que se faz sem "eles". Tenta-se matar isto: "...na encruzilhada de três continentes, no centro vital do Crescente Fértil, se juntaram as mais antigas civilizações do mundo: A Mesopotâmia e a do Egito (que) inauguravam as primeiras interrogações da história sobre o sentido da vida e da morte."

"Desde o terceiro milênio floresceram em Canaã as primeiras civilizações urbanas, semelhantes a de Mo-henjo-Daro, à leste da Índia, ou a Creta

e à dos povos do Mar Mediterrâneo. Os nômades que afluem no fim do terceiro milênio, vindos da Transjordânia, da Mesopotâmia e da Arábia, tomam dessa alta civilização sua língua, sua cultura e seus cultos religiosos. Essa terra foi, pois, o lugar onde se deu o primeiro diálogo entre as culturas. Então, nessa terra, onde todas as grandes civilizações deixaram seus vestígios, eclodiu a centelha: Ela se tornou, como disse Yasser Arafat, a 'terra das mensagens divinas'".

"Constituem um empobrecimento irrisório da cultura e do homem o não reter, desses cinco mil anos de história, senão os episódios em que os hebreus tiveram um papel: a emigração, entre tantas outras de Abraão; o reino, entre tantos outros, de Davi; as insurreições, entre tantas outras, dos Macabeus ou de Bar Kochba. Trata-se de mais de dois mil anos de história, antes de Salomão e mais de dois mil anos de história depois dele". (Roger Garaudy)

Este Estado de Israel é nazista. Nós não.

Shalom Aleichem.

Alex Akcelrud, alex_akcelrud@ig.com.br
Rio de Janeiro, 2002d.C., ano 1422 da Hégira, ano 54 do início da última Cruzada, ano 2 da Intifada de Al Aqsa, a 58 anos do Levante do Gueto de Varsóvia.

Sobre religiões e divisões

Atribui-se ao profeta Maomé o ensinamento sobre a melhor *jihad* (luta santa) que devemos viver. Dizem que para ele a mais perfeita *jihad* é aquela assumida para conquistar a si mesmo, para melhorar a si mesmo. E a partir daí edificar um mundo de salvação para todas as pessoas.

Atribui-se a Jesus o ensinamento do amor a si e aos outros como expressões de um mesmo amor. E este caminho exige esforço contínuo, exige a capacidade de renunciar a coisas, pessoas, situações e bens que nos escravizam. Por isso, as leis foram feitas para nos ajudar no caminho da liberdade e não o contrário. E liberdade é um processo nunca terminado de escolha do bem comum. No fundo este parece ser o sentido do "chamado à liberdade" tão presente na tradição cristã. Mais uma vez, não é liberdade para fazer qualquer coisa que afague meu ego individual ou que reduza o outro a mim mesma, mas é liberdade para não aceitar nenhuma forma de escravidão.

Em ambos, Maomé e Jesus, trata-se de uma educação, de um esforço cotidiano para saber "se amar e amar as outras". Não há regras pré-estabelecidas nesse caminho, não há guias absolutos e nem verdades absolutas a serem reproduzidas. Há algumas pistas, alguns faróis, algumas indicações nascidas da própria sabedoria humana. Mas, não foi assim que seus ensinamentos foram vividos...

Além disso, o que parece comum entre essas maneiras de ver a vida humana é o convite a cada pessoa para buscar o caminho do respeito mútuo, o caminho dos limites necessários para a convivência social, enfim o convite para criar um mundo onde todas 'caibam'.

No entanto, o que se vê é a *guerra* em nome dos diferentes deuses, dos diferentes líderes religiosos e das diferentes interpretações de convic-



ções religiosas. Os Estados e os políticos se apropriam das convicções religiosas e fazem delas instrumentos de conquista e dominação. Interpretam e reinterpretem os textos chamados sagrados segundo suas ideologias. Tiram expressões ou palavras do seu contexto de origem e as usam de forma a servir seus próprios interesses. Fazem dessas palavras interpretadas a verdade que estrutura sua própria tradição. Tornam-se cada vez

mais intolerantes com as interpretações alheias como se cada grupo tivesse a segurança absoluta de possuir 'a verdade'. Falam da necessária *tolerância* com os diferentes, mas na realidade mostram armadilhas mortais aos que são simplesmente diferentes de sua própria imagem. A *intolerância* é seu cotidiano, sua força e sua identidade. Necessitam dela para manter seu poder e acusar os diferentes de inimigos ou traidores da tradição.

Quantas vezes, ao constatar o triste quadro da história humana em que a intolerância em todos os níveis reina como deusa, a gente pensa: "se não fosse assim!" E se fosse diferente... E se ninguém tivesse uma religião nem uma nacionalidade? E se não houvesse religiões institucionalizadas? E se não houvesse poderes religiosos acima de nós? E se não houvesse sacerdotes que controlam e dominam as consciências? E se a gente pudesse voltar a algo do início, algo antes das instituições religiosas e antes dos estados nacionais? E se fôssemos simplesmente 'terrícolas'?

Sem dúvida os 'se' aplicados ao passado não construirão a História presente. Mas, os 'se' aplicados ao presente e ao futuro são indicadores de que sonhamos com um mundo diferente, que pensamos em outras possibilidades, que acalentamos outras utopias. Por isso, queremos ir para a frente, mas bebendo das águas de nosso poço original... Queremos ir para a frente sem esquecer as coisas boas de nossa história humana coletiva.

Mas, como voltar ao princípio, ao começo? Podem uma mulher ou um homem já adultos voltar ao seio de sua mãe? É bem essa a nossa pergunta e a nossa simbólica saudade. Poder continuar a vida, mas de um jeito simples, de um jeito anterior ao nascimento das divisões religiosas... Nossos saudosos suspiros falam do que não é e aspiram por esse mundo que não é violência, agressão, competição mortal, destruição da natureza e do humano.

Como resgatar os fios que teceriam uma existência marcada pelo respeito e pela conquista qualitativa do humano? Como ultrapassar os dogmatismos político-religiosos que impõem sua vontade sobre nós e nos dominam com suas correntes de palavras bonitas e de convites à guerra contra o mal?

Como parar a utilização do sofrimento de tantas e tantas pessoas, usadas como armas de guerra em nome de divindades poderosas com várias caras e vários nomes? Como para os sacrifícios inúteis e as farsas religiosas?

Será possível nascer de novo? Será possível entrar nas profundezas de nossa terra comum e renascer? Será possível pensar que as entranhas humanas, não deuses ou deusas, se revelem umas às outras numa tentativa de recomeçar a amorosa paixão pela vida? Será possível nascer sem deuses?

Não sei responder às minhas próprias perguntas...

Algumas idéias me habitam nessa ânsia de encontrar caminhos...

Volto em primeiro lugar à origem da palavra religião, ao *religare* latino, ligar as coisas que estão separadas, uni-las para que vivam juntas.

Religião devia servir só para ligar as partes de nosso mundo e torná-lo um só mundo. Religião deveria ser só o esforço da consciência e do corpo para acolher a interdependência constitutiva de tudo o que existe. Cada parte se tornaria o todo e o todo seria em cada parte. Religião deveria ser algo para superar a oposição entre as partes e fazer com que se perceba que sozinhas elas não podem existir.

As Religiões se transformaram hoje em Divisões. Talvez até deveriam ser chamadas de Divisões! Qual é a sua 'divisão'?

Cada um se torna parte de um mundo dividido, subdividido, partido, fragmentado... Qualquer conflito entre a mesma 'divisão' é mais uma subdivisão; qualquer discórdia interpretativa é mais outra divisão; qualquer partilha duvidosa de bens ou de idéias é mais uma ruptura.

As Divisões se multiplicam sobre a face da terra e as fazem esquecer do sentido verdadeiro da Religião. As legiões e os potentados das Divisões não se ligam, não se re-ligam, mas se multiplicam em novas divisões.

As Divisões atuais já não convidam mais a pensar o mundo, mas apenas a sentir o mundo a partir de nossa sensibilidade periférica. As sensações tornaram-se a verdade. Todos querem sentir Deus, sentir paz, sentir a liberdade, sentir a cura de seus corpos e de suas almas... Abdica-se do pensamento. Abdica-se da Sabedoria comum acumulada durante milênios! Para 'só sentir' é preciso de novo obedecer a um deus de tal ou tal Divisão, condicionar-se à sua força, submeter-se aos pastores de um rebanho de divididos sem rumo e sem identidade. O rebanho sente sua orfandade e apegase ao primeiro que lhe acena com uma forma de paternidade. Se homens e mulheres se tornarem apenas rebanho de um pastor anularão em si a capacidade reflexiva que demorou milênios para acontecer em nós. Anularão a liberdade já conquistada. Permitirão que os pastores continuem a engordar e as ovelhas a emagrecer... Regrediremos em humanidade!

As Divisões não levam o ser humano a encontrar-se consigo, mas levam-no a sentir-se massa dependente de forças alheias a si mesmo. As Divisões dividem o corpo humano, o coração humano, a mente humana, os grupos humanos... As Divisões imperam criando velhos e novos hierarcas que mantêm as multidões submissas à sua vontade, à sua lei ou ao seu canto. As Divisões nos levam ao mundo da ilusão do amor, da ficção da fraternidade e da sororidade, da alienação de nossa própria existência.

As Divisões parecem ajudar, à primeira vista, a carregar o pesado fardo de cada dia, a fazer esquecer dores e ressentimentos, mas por que não se vêem mudanças palpáveis ao longo da história? Por que a massa de adeptos continua faminta e desprezada? Parece que as Divisões necessitam de nossas dores, de nossas angústias, de nossos problemas, de nossos preconceitos para existirem como resposta frágil e limitada, resposta que serve apenas para algum alívio e para se organizarem e continuarem a dominar mentes e corações. Cada Divisão se agarra aos sofrimentos e esperanças de seu clã e, segue seu estilo próprio, mantém-se como Divisão.

As Divisões mataram a Religião!

Voltar à Religião ou ressuscitá-la é talvez calar este nome, é não usá-lo em vão...

Voltar à Religião é esquecer que somos religiosos de tal ou tal crença particular...

Voltar à Religião é apenas ser humano sem deuses, nem santos, nem pastores, nem profetas...

Voltar à Religião é escolher caminhos que superem as divisões e construam a solidariedade real.

O desafio que nos é lançado é buscar apenas a ligação, a ligação presente desde a fundação do mundo. ☺

Adolescentes e drogas

Esther Maria de M. Arantes

Numa sociedade adoentada, acometida que tem sido das endemias morais, emigrou-se do "pensamento médico-higienista" e de expressões de caridade pelos internos menores, para um atendimento "correcional repressivo". Chegou-se a um Estatuto acoimado de "utópico". Os números, os detalhes, os informes e os comentários deste texto refutam a "imagem genérica do adolescente como perigoso e drogado"

Podemos afirmar que no Brasil, a partir da República, o campo da assistência à infância considerada desvalida, onde até então predominavam as práticas de inspiração religiosa, caminhou em direção à construção de modelos de atendimento, possibilitados tanto pela intervenção do Estado como pela importância crescente do pensamento médico higienista.

A criança pobre, que até então se vira retratada nas categorias da antiga caridade, passa a ser redefinida de acordo com a nova racionalidade técnica introduzida no setor, de natureza cientificista. Não mais "órfã", "exposta", "infeliz" mas "menor em situação irregular", para ficarmos apenas na nomenclatura do Código de Menores, que dividia a infância pobre em duas grandes categorias: carente/abandonada (em "perigo") e delinqüente/infratora ("perigosa").

Vários modelos de atendimento foram implementados a partir da criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), na década de 1940, e da criação da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem), na década de 1960, mantendo-se, no entanto, o principal dispositivo da caridade: a internação.

A partir da década de 1970, inúmeros estudos denunciaram o caráter "correcional repressivo" deste atendimento. Em que pese diferentes nomeações (modelo "pedagógico", "preventivo", "terapêutico"), começa a se tornar evidente a falência histórica desta engrenagem, dando início a um amplo movimento em prol da cidadania de crianças e jovens, e que culminou na

introdução do artigo 227 na Constituição Federal de 1988 e na aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. No entanto, setores à época contrários ao Estatuto, sempre resistiram à sua implementação, acusando-o de ser uma "lei utópica", adequada para a Suíça mas não para o Brasil, por garantir direitos que não têm como ser cumpridos; ou que o Estatuto é uma "lei branda", por assegurar que o adolescente, mesmo tendo cometido ato infracional, não perde sua condição de sujeito de direitos, devendo receber medidas socioeducativas e/ou protetivas que o ajudem a resgatar sua dignidade de pessoa humana em desenvolvimento.

Decorridos doze anos de sua aprovação e na contramão de toda a crítica e mobilização que efetivamente pode ser feita, verifica-se uma incessante produção do que Mário Volpi chama de "mito da periculosidade do jovem", induzindo-nos a tratar o adolescente não como "pessoa em situação peculiar de desenvolvimento" mas como "infrator perigoso" acobertado por uma legislação de direitos humanos que "protege bandidos". Não é de se surpreender, neste sentido, que existam no Congresso Nacional, inúmeros projetos para modificação do Estatuto, principalmente no que se refere à idade da responsabilidade penal, fundamentando-se no argumento do crescimento do número e gravidade dos atos infracionais.

Especificamente em relação ao Rio de Janeiro, segundo estatísticas oficiais da 2ª Vara da Infância e Juventude

de da Comarca da Capital, registra-se um aumento considerável do número de atos infracionais praticados por adolescentes (de 2.675 em 1991 para 6.004 em 1998). Os adolescentes apreendidos e levados à presença do juiz têm recebido medidas judiciais, de natureza socioeducativa, consideradas por muitos autores como severas. No ano de 1999, do total de 11.256 adolescentes que cumpriam medidas no Departamento de Ações Socioeducativas da Secretaria de Estado e Justiça do Rio de Janeiro (Degase), 40,6% eram internações provisórias; 26,07% medidas de semiliberdade; 14,8% internações com sentença judicial; e 9,71% liberdade assistida, totalizando 91,18% dos casos, o que significa que menos de 10% receberam medidas consideradas mais brandas, também previstas na legislação e consideradas mais adequadas ao adolescente.

A maioria desses adolescentes têm sido acusados de infrações análogas

aos crimes previstos na Lei de Entorpecentes: de 204 casos em 1991 para 3.211 em 1998.

(*Envolvimento de adolescentes com uso e tráfico de drogas no Rio de Janeiro* – Esther Arantes org. – Cadernos Prodeman de Pesquisa n. 1 – Uerj, Rio de Janeiro, 2000).

Em pesquisa realizada (30/6/1997), Mário Volpi constatou que o Rio de Janeiro, embora respondesse por 12,98% do total de adolescentes privados de liberdade em todo o país, vindo logo abaixo de São Paulo com 44,87% do total, respondia, no entanto, pelo maior percentual de adolescentes internados por infrações relacionadas com a Lei de Entorpecentes: 42,07%. (*Os adolescentes e a Lei* – ILANUD/Comissão Européia, 1998.)

Para termos uma idéia do que estes números significam, o Relatório do Juiz de Menores Saul de Gusmão, de 1941, mostra um crescimento de 127 atos infracionais em 1924 para 248 em 1941, sendo que nenhuma criança ou

adolescente é acusado de envolvimento com drogas. As infrações apontadas são: delitos de sangue, de furto, de roubo e sexuais. (Otávio Cruz Neto et al.: *Nem soldados nem inocentes – juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*, Ed. Fiocruz, 2001.)

No livro *Delinquência Juvenil na Guanabara*, de 1973, são apresentadas estatísticas do Juizado de Menores do período de 1960 a 1971. Nestes registros, verifica-se o início da apreensão por drogas, embora os números sejam em magnitude muito inferiores aos atuais: 14 infrações relativas a entorpecentes em 1960; 41, em 1961; 37, em 1962; 53, em 1963; 77, em 1964; 64, em 1966; 60, em 1966; 93, em 1967; 81, em 1968; 45, em 1969; 128, em 1970 e 192, em 1971 (Cavallieri, P.F. et al. Rio de Janeiro: Juizado de Menores, 1973). Quanto a estas estatísticas, esclarece o Juiz de Menores Alyrio Cavallieri, em seu livro *Direito do Menor*, que “o menor raramente é traficante”. (Livreria

Martha Braga



Fontes Bastos S.A., Rio de Janeiro, RJ, 1976)

Um estudo realizado em 2001 com 50 adolescentes internados no Instituto Padre Severino, local para onde são encaminhados os adolescentes do sexo masculino que aguardam decisão judicial, registrou o seguinte perfil: 82% dos adolescentes estavam fora da escola quando praticaram o último ato infracional; 96% começaram a trabalhar ainda crianças para garantir sustento próprio ou da família; 50% perderam um ou mais membros da família (pai, mãe, irmão) por mortes violentas (acidentes ou assassinatos) ou por doenças graves mas passíveis de tratamento (tuberculose, hanseníase, complicações do pós-parto, Aids); 50% eram considerados reincidentes e 34% e 10% foram acusados de tráfico e uso de drogas, respectivamente. (Dissertação de Mestrado defendida na PUC-Rio em 2002 por Mirna Origoni Ortiz: "Adolescentes e ato infracional: o trabalho como estratégia de sobrevivência em meio à pobreza".)

Estes adolescentes, quando apreendidos pela primeira vez, demonstram esperança de que a passagem pelo sistema socioeducativo possa ajudá-los, constituindo-se em oportunidade para o reingresso na escola e preparo para o trabalho. Contudo, esta esperança acaba quase sempre frustrada porque as unidades de reclusão, em sua grande maioria, não se encontram aparelhadas para enfrentar a questão mais ampla da exclusão social, além de serem, elas mesmas, inadequadas e repressivas: "Não acho nada bom ficar o dia inteiro trancado, olhando para a cara de homem. Cadeia só dá mais ódio" (14 anos); "Do jeito que os caras tratam os menores aqui, isso não recupera ninguém. O menor fica é revoltado. Os caras dão tapas na nossa cara e nossas mães nunca deram tapas

O adolescente não perde sua condição de sujeito de direitos, devendo receber medidas socioeducativas que o ajudem a resgatar sua dignidade de pessoa humana em desenvolvimento

na nossa cara" (17 anos); "Estar aqui é o mesmo que estar lá fora. Eu uso droga e não recebo nenhum tratamento. Quando eu sair, vou continuar usando. Não adiantou nada" (17 anos). (Mirna Origoni Ortiz, *idem*).

Muitas vezes sem possibilidade de voltar para casa ou para a comunidade de origem após o ato infracional, evadido da escola, sem trabalho e sem perspectiva de um futuro melhor, o adolescente perambula ocioso pelas ruas, furtando para viver ou permanecendo com a venda de drogas até ser novamente apreendido ou morto em algum confronto com a polícia ou com grupo rival. São estes jovens as maiores vítimas da chamada violência urbana. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2000), relativa aos dados dos anos de 1992 e 1999, observava-se, a partir dos anos 1980, o peso crescente das causas externas sobre a estrutura da mortalidade por idade, afetando principalmente, os adolescentes e jovens brasileiros do sexo masculino na faixa etária entre 15 e 19 anos. Estes índices chegam a mais de 70% das mortes nesta faixa etária, em muitos estados brasileiros. "Neste sentido", afirma o texto do IBGE, "os ganhos obtidos pela redução da mortalidade na infância são parcialmente anulados pelo efeito das causas externas" (p.49).

Uma reportagem do *Jornal do Brasil* (10/7/2002), intitulada "Rio tem 13

desaparecidos por dia", de Paula Máiran, afirma que a maioria das vítimas são pessoas jovens e pobres.

Em vários fóruns de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, onde estas questões são debatidas, pergunta-se pela "justiça" e pelo "acerto" destas apreensões e encaminhamentos. Questiona-se, por exemplo, se não estaria havendo rigor excessivo na aplicação das medidas socioeducativas e a própria adequação da rotulação de traficante dado a este adolescente que, em muitos casos, encontra-se ligado à estrutura do tráfico apenas secundariamente, prestando serviços ou vendendo pequenas quantidades de drogas para sua sobrevivência. Questiona-se também o alinhamento automático a uma política de drogas norte-americana, favorável à criminalização do usuário ou, na melhor das hipóteses, tratando-o como doente e enviando-o a tratamento compulsório, muitas vezes em instituições de reclusão.

Sabemos que o desemprego e a falta de esperança em um futuro melhor é hoje um dos componentes mais explosivos da chamada questão social. Neste sentido, não é difícil compreender a revolta desses adolescentes. Assim, embora não se possam ignorar os atos infracionais cometidos por adolescentes, principalmente os de natureza grave como as infrações contra a pessoa, isto não autoriza, como já denunciado por Mário Volpi, a produção de uma imagem genérica do adolescente como perigoso e drogado, como se estes fossem atributos relativos à sua própria natureza, justificando seu confinamento e apartação social, e mesmo sua morte, como defesa da sociedade. 

Esther Maria de M. Arantes, professora da PUC-Rio e UERJ

Timor Lorosa'e, obrigadu barak ba lisaun

Regina Domingues

A Autora quis compartilhar as experiências que viveu na "construção de uma Nação-Estado em Timor Leste" no período de maio a outubro de 2001. Tratava-se de uma ação conjunta do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas com a Oxfam Austrália-Community Aid Abroad. A intenção era fortalecer a sociedade civil e as organizações não-governamentais timorenses e nortear o processo de uma nova Constituição. Como sugere o texto: de certa forma uma terceira invasão

HISTÓRICO DE TIMOR LESTE

A ilha de Timor localiza-se entre a Austrália e a Indonésia. Seu território é compartilhado pelo Timor Ocidental, pertencente à Indonésia, e Timor Leste que teve sua independência reconhecida internacionalmente a 20 de maio deste 2002.

Timor Leste, cuja capital é Dili, tem apenas 24.000km² de extensão territorial e está dividido em 13 distritos, um dos quais, Ambemo, é enclave no lado ocidental. O total estimado da população é de 800.000 habitantes.

Em 1511, Portugal aportava em Oecussi, capital de Ambemo, em busca de sândalo, mercadoria de alto valor comercial na época, mas sua ocu-

pação no lado ocidental restringiu-se a essa cidade. Todo o restante da região foi tomado pela Holanda. Portugal apropriou-se então da parte oriental da ilha, porém sempre muito ausente e sem uma política muito consistente embora em alguns momentos tenha sido despótico e violento. Em Timor Leste, são raríssimas as fortificações tão típicas da ocupação lusitana em suas ex-colônias. Corroborando o descaso, Timor Leste era administrado a partir de Macau, na China. Além disso, Portugal pouquíssimo ou nada contribuiu para o desenvolvimento econômico e social do país. Somente no início do século XX é que sua presença se consolida.

Depois de 463 anos de colonização portuguesa, Timor Leste iniciou seu processo de independência embalado pelos movimentos de liberação das outras colônias em África. Três partidos políticos representavam as grandes tendências nacionais na busca por uma identificação própria. A União Democrática Timorense (UDT), na época defensora do vínculo com Portugal, a Frente Revolucionária Timor Leste Independente (Fretilin), defendendo a emancipação política completa, e a Associação Popular Democrática de Timor (Apodeti), partidária da anexação à Indonésia. A 28 de novembro de 1975, a Fretilin proclama a independência de Timor Leste, porém o frustrado golpe de estado de seu rival UDT deflagra um violento conflito. A quebra da unidade política proporciona a oportunidade esperada pela Indonésia para invadir e ocupar o país, no dia 7 de dezembro de 1975, seguindo sua po-

lítica expansionista na região. Timor Leste esteve independente por apenas 9 dias.

Durante 24 anos, Timor Leste responde à violentíssima opressão indonésia resistindo, com quase nenhuma ajuda internacional, através das Falintil, braço armado da Fretilin formado por homens e mulheres, cujo último comandante foi Xanana Gusmão, maior liderança nacional e eleito presidente em 14 de abril deste ano. Guardadas a proporções, Xanana é considerado o 'Mandela' da Ásia. Além das Falintil, a Igreja Católica contribuiu enormemente com a resistência. O reconhecimento do povo maubere às Falintil e à Igreja Católica está registrado no Preâmbulo da "Constituição da República Democrática de Timor Leste".

Em 30 de agosto de 1999, 78,5% da população de Timor Leste votam pela desanexação da Indonésia, em plebiscito organizado pela Unamet, missão da ONU em Timor Leste. Inconformados com o resultado, o exército indonésio e a milícia timorense pró-Indonésia iniciam, a 4 de setembro daquele mesmo ano, um sangrento massacre: mortes executadas com requintes de crueldade; destruição de 75% de toda a infraestrutura do país; prédios e casas incendiados em Dili e em outras cidades.

Por pressão dos exilados, de Ongs internacionais solidárias à causa do Timor Leste e a pedido dos timorenses prêmios Nobel da Paz, José Ramos Horta e bispo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, a ONU autoriza o envio da força multinacional (Interfet), encabeçada pela Austrália. Em 2000 insta-

la-se no país um governo de transição, a *United Nations Transitional Administration in East Timor* (Untaet) tendo sido o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, funcionário de carreira da ONU, designado autoridade máxima executiva como *Special Representative of the Secretary General* (SRSG). Sua função era a de pavimentar o caminho da transição até a independência, incluindo garantir algumas formas de viabilidade econômica para a manutenção do futuro país.

Em janeiro de 2001, a Untaet apresenta sua agenda para a realização da eleição da Assembleia Constituinte cujos momentos mais importantes foram o registro civil que habilitava a população a votar, campanha de educação cívica, campanha de estímulo à candidatura feminina, transmissão da estrutura do futuro Estado para a *East Timor Transitional Administration* (Etta), pacto nacional de não-violência entre os partidos, campanha nacional popular de não-violência, instalação e trabalhos da Assembleia Constituinte, audiências públicas para participação popular no processo Constituinte e elaboração da Constituição.

A UNTAET

Sérgio Vieira de Mello não administrava Timor Leste sozinho. No primeiro momento, protagonizou a transição tendo como coadjuvante o Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), dissolvido em maio de 2001, e a si subordinado à Etta, ambos compostos apenas por timorenses.

A Etta era composta de oito departamentos, com várias divisões a ela subordinadas, que se tornaram os atuais ministérios de Timor Leste: Polícia e Serviços de Emergência; Justiça; Assuntos Políticos, Constitucionais e Eleitorais; Finanças/Autoridade Fiscal Central; Administração Interna; Infra-Estrutura; Assuntos Econômicos; e Assuntos Sociais.

No final do mês de junho de 2001, Vieira de Mello fez um balanço de sua administração, informando que ele próprio indicaria os nomes dos futuros administradores da segunda fase, algo que não agradou nem às ONGs timorenses, nem à população como um todo. Ao final do discurso, reafirmou o compromisso da Untaet de promover a equidade de gênero dentro da administração e pediu à população de Timor que confiasse seu voto às candidatas à Assembleia Constituinte.

A política da Untaet de *downsizing* promovia a substituição gradativa de pessoal estrangeiro por local. Vários cursos foram ministrados com o objetivo de formar quadros timorenses para ocupar os cargos administrativos, o mesmo acontecendo na área militar. Por medida de segurança, entretanto, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, determinou que parte da estrutura da Untaet e um contingente reduzido da Força de Manutenção de Paz (PKF – *Peace Keeping Force*) deveriam permanecer no país até, pelo menos, dois anos após a independência. Kofi Annan tentava assim não repetir o erro cometido em 1999, quando a ONU em confiança na palavra da Indonésia de que esta garantiria total segurança aos timorenses após o referendun qualquer que fosse o resultado, não montou um plano preventivo de violência e, pior ainda, mandou retirar todo o seu pessoal, abandonando os timorenses à própria sorte.

CAMPANHA ELEITORAL E ELEIÇÃO DA CONSTITUINTE

Com o objetivo de manter um ambiente de paz e estabilidade, estimular a confiança e o mútuo respeito ao direito de diversidade política, a Unidade de Educação Cívica da Untaet organizou uma cerimônia/festa de assinatura do Pacto de Unidade Nacional, realizada no dia 8 de julho, no Campo da Democracia. Dos catorze pontos constantes do documento, destacam-se:

- Respeitar os resultados das eleições para a Assembleia Constituinte.
- Defender o princípio da não-violência fomentando o diálogo, a cultura de tolerância e de respeito mútuo, e observando regras de civismo e de convivência social.
- Disseminar a prática da não-violência nas relações interpartidárias (...), promovendo a realização de campanhas eleitorais pacíficas e ordeiras.
- Defender uma democracia multipartidária, respeitando o direito de todos os partidos legalmente constituídos.
- Defender a Constituição que venha a ser aprovada pela Assembleia Constituinte eleita a 30 de agosto de 2001.

O Pacto foi assinado por todos os dezesseis partidos políticos, tendo como testemunhas dom Carlos Filipe Ximenes Belo, dom Basílio do Nascimento, José Ramos Horta, Kay Rala Xanana Gusmão e Sérgio Vieira de Mello.

O temor pela ocorrência de nova explosão de violência também se justificava pela presença da milícia timorense, adepta da anexação à Indonésia, muito bem camuflada entre a população. O serviço de inteligência da Untaet, conforme entrevista que Sérgio Vieira de Mello concedeu à revista *Democracia Viva*, investiu pesadamente num longo trabalho de localização e contenção de focos de milicianos para garantir a necessária estabilidade durante a eleição e no período imediatamente após a divulgação dos resultados.

O último dia de campanha em Dili foi marcado por carreata e buzinaço, num clima de feriado festivo. Centenas e centenas de pessoas, na boléia de caminhões ou em carros, vestiam camisas e bonés com as cores e siglas dos partidos, empunhando bandeirinhas, cantando, gritando 'viva a democracia', convidando os que observavam a também participar da festa, numa alegria contagiante e absolutamente emocionante.

No dia da eleição, a população de Dili, como constatado em todo o restante do país, já muito cedo saía às ruas em direção aos postos de votação, reafirmando seu desejo e consciência da importância de votar. Desde o processo de registro civil de cadastramento de eleitores que se observava o interesse da população em garantir esse direito.

A eleição começou às 8 horas e os portões dos locais de votação foram fechados às 18 horas. Houve atrasos, porém o voto foi garantido àqueles que já se encontravam dentro das dependências da seção eleitoral. O comparecimento às urnas foi de 92% e o dia transcorreu sem violência ou incidentes.

Disputaram os 88 assentos (13 distritais e 75 nacionais) da Assembleia Constituinte os 16 partidos políticos de Timor Leste. Os independentes somaram 5 mulheres (inclusive Maria Domingas, 'Micato', maior liderança feminina e ex-integrante das Falintil) e 5 homens.

A Fretilin conquistou 85% do total de cadeiras da Assembleia. Nenhuma candidata independente se elegeu, porém, as filiadas a partidos conseguiram 23 assentos: 18 da Fretilin; 3 do PSD; e PST, ASDT e UDT 1 cadeira cada. A Assembleia Constituinte foi empossada a 15 de setembro, Maria Domingas tornou-se assessora especial da Assembleia para assuntos de gênero e a primeira versão da Constituição deveria ser finalizada três meses depois.

O trabalho de educação para o voto desenvolvido pelas Ongs timorenses, tendo à frente o Fórum de Ongs de Timor Lorosa'e (Fongtil) e foi admirável. Usando a metodologia de formação de multiplicadores, os ativistas, como se autodenominavam, iam às populações mais remotas discutir com elas a importância de reivindicar, conquistar e exercer seu direito de participação no processo constituinte.

É particularmente difícil articular as barreiras culturais com os conceitos de relação de gênero e com outras questões da mesma complexidade em discussão atualmente no mundo todo

ALGUNS CENÁRIOS E ATORES

Segurança

Os procedimentos de segurança estabelecidos pela ONU tinham que ser seriamente observados. Esse era um fator de pressão que provocava enorme cansaço dada a inexperience da equipe nesse tipo de ambiente. A partir de determinada hora alguns locais eram interditados; o passaporte, passagem e algum dinheiro tinham que estar sempre na bolsa; jamais carregar canivetes; deixar o celular ligado 24 horas; não andar de bicicleta à noite, nem andar sozinho; não dar carona; não frequentar determinadas áreas pelo risco de explosão de minas; saber operar o rádio transmissor etc.

Antes da eleição, fomos aconselhados a mudar de casa e ir morar em outro bairro. Depois que "tudo acabasse", poderíamos voltar. Não seguimos a recomendação, mas estávamos o tempo todo em estado de alerta. Nas reuniões sobre o andamento da campanha eleitoral por todo o país fomos avisados de que haveria uma 'limpeza' logo após a divulgação do resultado da eleição. Como a eleição e a contagem dos votos transcorreram em total tranquilidade, a partir do final de setembro os procedimentos de segurança foram relaxados em parte.

Condição feminina

A situação da mulher em Timor Leste é bastante complexa e não difere de outros países do Sudeste Asiático e Pacífico. Por ser uma sociedade patri-

arcal, a mulher timorense é preterida quanto ao acesso à escolaridade, colabora no trabalho realizado pela família, mas não tem renda própria e não tem direito à herança. Seu pai tem direito de vendê-la para o *liurai*, chefe tribal e comunitário, geralmente rico, com poderes de resolver disputas de toda ordem, para quem ela deverá trabalhar sem receber pagamento e servir sexualmente (*ilhoris*, escravidão). Quando casada, tem direito aos bens e propriedades adquiridos junto com o marido, mas não à guarda dos filhos em caso de separação. No caso da morte do marido, os bens voltam para a família do homem e são de usufruto da esposa se assim a família dele achar por bem.

São comuns os casos de estupro cometido pelo pai, avô ou outro parente próximo, bem como os de violência doméstica, visto que o homem vê a esposa como sua propriedade privada pelo fato de ter pago o *barlake* (troca de bens de valor equivalente entre a família dos noivos). A família do noivo dá búfalos à da noiva que, em troca, oferece porcos, *tais* e *morten*. O *tais*, artesanato mais representativo do país, é um tecido de algodão feito em tear, de padrão colorido e variado conforme a região de origem. O *morten* é um colar de coral usado tanto por homens quanto por mulheres. Ao denunciar à polícia a violência sofrida, a mulher não consegue apoio entre as outras mulheres ou entre outros membros da própria família, que comumente a acusam por todos os erros. A polícia timorense, formada por contingente internacional, e com notada participação de brasileiros entre os comandantes, estava tentando implantar estrutura que possibilitasse a investigação dos casos sem que a discriminação da sociedade tradicional interferisse. Os policiais da ONU enfrentavam grandes dificuldades no processo, sendo constantemente postos em cheque sobre os limites de intervenção em uma sociedade bem di-

ferente da comunidade internacional ocidental.

Outro problema terrível vivido pelas mulheres em Timor é a discriminação social e familiar infligida a elas e aos seus filhos nascidos de estupros cometidos pelos militares indonésios durante os anos de ocupação.

Os grupos de mulheres em Timor são muito atuantes nas áreas de apoio psicológico às violentadas, apoio às viúvas, alfabetização de adultos, saúde. Por outro lado, mesmo as ONGs mais ativas carecem de quadros capacitados para planejamento e execução de atividades na área de atuação política. É particularmente difícil articular as barreiras culturais com os con-

ceitos de relação de gênero e com outras questões de mesma complexidade em discussão atualmente no mundo todo.

Por intermédio do *Gender and Constitution Working Group* foram realizadas várias rodas de discussão sobre os direitos das mulheres nas constituições de Fiji, Brasil, Tailândia e África do Sul, no que tange aos direitos fundamentais; à criação de uma comissão do governo para questões de gênero, violência doméstica e pública; à saúde e reprodução; ao direito à herança; e à cota de 50% no corpo governamental.

Essas discussões resultaram na elaboração de um documento de reivindicação dos direitos das mulheres, que

serviu de peça da campanha de apoio às candidatas à Constituinte e de base para a campanha pela inclusão desses direitos na futura Constituição, o que teve total apoio de Sérgio Vieira de Mello e Xanana Gusmão:

- Igualdade
- Segurança contra a violência doméstica e pública
- Direitos políticos
- Saúde
- Educação
- Direitos sociais
- Direitos trabalhistas
- Direitos das mulheres à tradição (herança e propriedade)
- Direito à não-exploração (*ilhoris*)
- Direito das crianças

ATORES EM CENA

MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Os veículos de comunicação disponíveis em Dili, no período aqui coberto, eram jornais, rádios e TVs.

O papel das rádios comunitárias de Timor Leste tanto no processo de educação para o voto, quanto de participação popular na Constituinte foi fundamental. Por meio delas era possível deslanchar campanhas de educação para a cidadania, bem como inúmeras peças radiofônicas que abordavam temas como a violência doméstica. O rádio é muito superior em eficiência para este tipo de atividade, se comparado a algumas peças de campanha, como o cartaz, por exemplo, pois, além do baixo custo, consegue superar os problemas de alcance geográfico, analfabetismo e da diversidade lingüística do país.

O Banco Mundial também desenvolvia um trabalho na área das comunicações através do projeto de criação de um *Community Radio Center*, que integrava o *Community Empowerment Program* (CEP) da administração timorense de transição (Etta). O *Community Radio Center* terá a função de agregar todas as futuras rádios comunitárias para as quais o Banco financiar a compra de equipamentos, dar formação

técnica e gerencial aos seus quadros e captar recursos para um fundo comum que as beneficie. Além desse centro, o Banco já financiava um projeto de formação de jornalistas-repórteres distritais, realizado dentro da Rádio Untaet, com vistas a fazer a cobertura nacional das eleições. Depois de capacitados, os repórteres atuaram a partir de seus distritos, enviando notícias para a central da rádio em Dili e vice-versa. Uma vez instaladas as rádios nos distritos que aceitassem a oferta de equipamentos do Banco, esses repórteres automaticamente se tornarão os gerentes dessas rádios, consideradas pelo Banco como *comunitárias*.

Segundo o entendimento do Banco Mundial, o seu futuro Centro não só era comunitário, como também não entrava em choque com a futura Associação Nacional de Rádios Comunitárias de Timor Leste, que estava em gestação por iniciativa das rádios já existentes, uma vez que 'não tinha caráter político'.

ONGS E MOVIMENTOS

Até 1999 havia cerca de quarenta Ongs nacionais e hoje elas somam quase duzentas. A grande maioria das Ongs atuais em Timor foi criada pelas lideranças da resistência clandestina ao regime autoritário indonésio. Muitas dessas lideranças atuavam em Portugal, na Austrália e dentro da própria Indonésia por intermédio dos movimentos de solidariedade ao

Timor. A Resistência Nacional dos Estudantes de Timor Leste (Renetil) é numericamente o movimento mais expressivo e reuniu cerca de dois mil simpatizantes segundo os dirigentes.

O Fórum de ONGS de Timor Lorosa'e (Fongtil), equivalente à Abong, apresenta 199 Ongs em sua listagem de filiadas nacionais e 123 internacionais. A maioria das Ongs nacionais trabalha com mais de um tema, sendo a agricultura o tema de interesse de 48 delas. Em segundo lugar aparecem políticas sociais e de desenvolvimento (42) e em terceiro, empoderamento comunitário (35).

À primeira vista, entretanto, não se conseguiu identificar quem são os outros atores políticos além da Fretilin, que, curiosamente, não se definia como partido, mas movimento, tanto quanto sua derivada feminina, a Organização da Mulher de Timor (OMT). Apenas pouco antes das eleições a Fretilin tornou-se oficialmente um partido político. Porém, o *Labour Advocacy Institute of East Timor* (Laifet) ajudou a fundar sindicatos das categorias profissionais de médicos, enfermeiros, professores, portuários, eletricitários e agricultores, da construção civil e hotelaria. Certamente, há outros tipos de organização da sociedade civil timorense que merecem investigação mais aprofundada no futuro.

A atuação das organizações estrangeiras, de mais de 23 países, concentra-

Potencial econômico

Apesar de o país ser uma ilha, a base da economia está na agricultura. O café, cultivado organicamente, é o mais valioso produto do país e sua única 'indústria'. Nos outros cultivos, os timorenses reclamam dos indonésios por terem introduzido tecnologias pelas quais não podem pagar, condenando colheitas futuras pelo uso de agrotóxicos, deixando suas famílias com muito pouco para se manter. O boi, por ser menos resistente que o búfalo, só agora começa a ser introduzido no país para criação.

O mar piscoso e limpo promete render muitos recursos ao país. A China doou três milhões de dólares em equi-

A grande maioria das Ongs atuais em Timor foi criada pelas lideranças da resistência clandestina ao regime autoritário indonésio

pamentos para pesca em julho de 2001, porém, quanto à industrialização desse setor, não conhecemos os prognósticos de investimento. O sal ainda é extraído artesanalmente.

A beleza da paisagem faz do turismo uma vocação do país, tanto em terra quanto no mar, para o qual a segunda administração já tem planos. Com

isso, era visível o crescimento dos setores de restaurante, hotelaria, construção civil e supermercados, todos tendo à frente estrangeiros.

O mármore é outra riqueza a ser explorada, mas é da prospecção de gás natural que Timor vai tirar seu orçamento para vinte anos, por meio do acordo *Timor Gap* firmado com a Austrália.

Relações externas

Prioritariamente, a relação de Timor é com a Austrália, com quem manterá relações militares que garantam a defesa contra eventuais agressões externas, além da assinatura de importantes acordos econômico-comerciais e cultu-

va-se principalmente nas áreas de emergência e ajuda humanitária como alimentação, abrigo, educação, reconstrução, refugiados, saúde e voluntariado.

OS BRASILEIROS

O contingente militar australiano era o maior em Timor, mas obviamente coube ao Exército Brasileiro a guarda e segurança dos personagens mais importantes daquele momento histórico do país: Xanana Gusmão, José Ramos Horta, atualmente ministro das Relações Exteriores, Taur Matan Ruak, comandante-em-chefe da Força de Defesa de Timor Leste, e Mari Alkatiri.

A Polícia Militar Brasileira coube a responsabilidade de dar formação aos soldados da CIVPOL, sob o comando de um major da PM do Rio de Janeiro. Vários postos da CIVPOL – guardadas as proporções, equivalem aos nossos batalhões da PM – estavam sob o comando de oficiais da PM Brasileira. A Justiça tinha também à frente um juiz brasileiro.

O Senai se fazia presente com a formação de profissionais da carpintaria, marcenaria e construção civil. O programa Telecurso, da Fundação Roberto Marinho, e o Alfabetização Solidária, trabalhavam diretamente com os professores timorenses na reintrodução da língua portuguesa. A Igreja Católica, pela Pastoral da Criança, difundia a multimirim, sem necessidade de substituição

de ingredientes. E os evangélicos, de diferentes denominações, trabalhavam com crianças na escola e na rua.

O governo brasileiro continua atuando nas áreas de educação para adultos, fortalecimento do pequeno empresariado, educação à distância, saúde em família e segurança.

A IGREJA

Timor Leste é um país bastante católico, o que não impede que a população preserve, concomitantemente, as religiões tradicionais animistas.

A Igreja Católica é que realmente detém a mão forte sobre os costumes, pela figura do dom Belo, bispo de Dili. Ela está presente em todas as discussões e decisões oficiais e não há como trabalhar institucionalmente sem passar por ela. Neste sentido, é enorme a dificuldade para se trabalhar com temas tabus como Aids, aborto e virgindade. Por outro lado, o papel da Igreja foi imprescindível na resistência contra a Indonésia e no estreitamento das relações de solidariedade internacional em todos os momentos da luta timorense.

A CHEGADA DO DÓLAR

O dólar chegou a Timor Leste, conforme receituário do FMI, em 20 de agosto, inflacionando o custo de vida que já era muito alto. Até então, o comércio negociava com três moedas: rúpia indonésia,

dólar australiano e dólar americano.

A rúpia era a moeda da população nativa utilizada nas barracas de miudezas e nas feiras, tanto de Dili quanto do interior do país. Nos restaurantes e supermercados, os dólares australiano e americano. A oficialização do dólar americano reduziu a pó a mirrada poupança dos locais, além de diminuir sensivelmente o poder de compra de quem recebia salários e diárias em dólar australiano.

"TIMOR BRANCO MAIS PRETO NÃO HÁ" (inscrição em português na camiseta de um ativista da Renetil)

A composição étnica da população da ilha de Timor é de polinésios ao sul, melanésios no nordeste e aborígenes no centro, todos de pele bem escura, típica daquela região do planeta. Em Dili, há também descendentes de africanos de outras ex-colônias portuguesas, para lá levados por serem rebeldes em seus países, ainda hoje identificados como "de raça moçambicana, guiné e angolana". Mas a população afro-descendente não constitui número expressivo nem na capital, nem no interior do país. Em Timor Leste, identificar ou chamar alguém de "preto" também é ofensivo e vergonhoso. Casar com uma *malae* (estrangeira) branca é uma possibilidade que está no imaginário de muitos timorenses que desejam "recuperar sua geração"

rais. Mas, para Ramos Horta, talvez o Timor devesse ser um protetorado australiano, nos moldes da Papua-Nova Guiné.

Com a Indonésia busca-se o necessário clima de paz e respeito. Muitas questões estão ainda pendentes, como o julgamento dos militares culpados por crimes contra a humanidade em território timorense durante a ocupação, e as complicadas negociações com a milícia timorense pró-Indonésia. Esses grupos paramilitares, armados, incentivados e até mesmo pagos pela Indonésia, ainda atuam na fronteira com o Timor Ocidental. São os milicianos os grandes responsáveis por dificultar o retorno de famílias timorenses refugiadas na fronteira, espalhando contra-informação e agindo de maneira intimidadora e até violenta.

As línguas do Timor

Por decisão política do Conselho Nacional da Resistência Timorense, a Untaet adotou o português como língua oficial e o tetum como língua nacional. Não se adotou a língua indonésia por motivos óbvios nem o inglês para que o país não corresse o risco de se transformar num *anexo* da gigante Austrália. A liderança timorense acredita que a língua portuguesa possa facilitar as relações do país com a União Européia.

Escolhida entre as 22 línguas nativas faladas nos dois territórios da pequena ilha, o tetum é entendido por 90% da população e tido como língua franca. O português, por seu turno, está muito longe disso.

A população na faixa dos quarenta anos fala português, tetum e a língua de seu distrito natal. A faixa dos 25/35 anos fala tetum, língua indonésia e entende a língua do distrito natal de seus pais. A liderança jovem sabe inglês e quer aprender português, apesar de considerá-lo muito difícil. Os jovens e as crianças falam tetum, língua indonésia, entendem a língua do distrito

O papel da Igreja foi imprescindível na resistência contra a Indonésia e no estreitamento das relações de solidariedade internacional em todos os momentos da luta timorense

natal de seus pais e aprendem português na escola.

Em 24 anos de ocupação ilegal, a Indonésia foi estratégica proibindo o uso da língua portuguesa – a ponto de matar quem fosse pego falando em português –, e implementando uma rede de escolas públicas em todo o país, apesar de a qualidade do ensino ser sofrível.

COMENTÁRIO FINAL

Os timorenses não se dobram de imediato ao tempo ocidental de trabalhar, aos conceitos ocidentais que apresentávamos e tentávamos acomodar às suas culturas – sempre acreditando que o fazíamos democraticamente, embora cientes de que éramos porta-vozes de uma história e tradição política e cultural notadamente ocidental, pela variante brasileira. Havia mesmo a sensação de que eles queriam nossa ajuda, mas não a queriam por muito tempo.

As formas tradicionais de ajuda mútua ainda sobrevivem na prática e na postura de um indivíduo para com outro. Porém, no momento em que as Ongs começam a operar segundo a lógica ocidental de cooperação, o financiamento passa a ser o elemento cujo peso de importância pode mesmo definir a realização das suas atividades. Assim sendo, a fragilidade das Ongs desde já se evidenciava na falta de quadros capacitados, ao modo ocidental, para execução financeira e de planejamento de alguns projetos. Somado a

isso, agora as Ongs não terão apenas de cuidar da ajuda humanitária, da emergência ou da reconstrução. O outro elemento é o desenvolvimento. E não apenas o desenvolvimento da infraestrutura de uma ilha isolada do restante do mundo. Trata-se agora de cuidar do desenvolvimento de um novo país que quer se integrar a um sistema mundial, com modos de viver que se opõem ao seu.

Havia um certo temor entre os estrangeiros de que ocorresse em Timor o mesmo que se deu no Camboja. No momento em que os doadores do país, a ONU, suas agências e outras agências estrangeiras de cooperação se retirarem do país, estarão levando consigo todo o volume de financiamento às Ongs locais. Essas, por sua vez, não têm conseguido, em tão pouco tempo, consolidar as práticas de captação e gerenciamento de recursos e podem correr o risco de cessarem suas atividades.

A atuação de todos nós, estrangeiros, teve um componente de intervenção que não esteve isento de contribuir para a disseminação e reafirmação do modelo ocidental, por mais zelosos que tenhamos sido em favor da diferença. Neste sentido, o Timor sofreu uma terceira invasão (ainda que não tivesse sido para dominação) por uma política de integração.

NOTA: O título está em tetum: Timor Lorosa'e, muito obrigado pela lição. Este artigo foi baseado no relatório final assinado por Regina Domingues, coordenadora do projeto, e Marcelo Carvalho, assistente.

Regina Domingues, pesquisadora do Ibase/Oxfam Internacional no período de maio a outubro de 2001.

Crise do estado de direito: o comum nos crimes comuns

Jorge Atilio Silva Iulianelli

Há momentos de fina ironia, quase um jogo de cabra-cega a sublinhar constatações e projeções afirmativas por um Estado de Direito, malgrado uma "democracia à brasileira" que transpassa limites geográficos. Por fim: três dimensões propõem a reversão do quadro atual

Por Dorcelina, Toninho e Celso Daniel

Um olhar direto para os assassinatos e as ameaças que afligem os políticos do Partido dos Trabalhadores é suficiente para nos deixar questionados sobre o fundamento dessa situação. A partir do assassinato de Dorcelina Folador, prefeita de Mundo Novo (MS), essas execuções se tornaram mais evidentes e preocupantes. Todavia, a Anistia Internacional denuncia 16 execuções e 70 tentativas de assassinato contra líderes petistas, desde 1997. Houve até jornalistas, como Eliane Cantanhede, da *Folha de São Paulo*, que interpretaram o fato como uma operação de guerra contra o partido. Não quero reiterar essa, ou a hipótese dos crimes comuns. Gostaria de aprofundar um tema que emerge da constatação desse fato, com a constatação de serem ceifadas, segundo os dados oficiais, por força da violência

social, perpetrada na maior parte das vezes pela ação do crime organizado, 40 mil vidas anualmente no Brasil. Esse número é mais que dez vezes o dos mortos pela ação terrorista, no 11 de setembro, nas Torres Gêmeas, em Nova Iorque.

Nós somos levados a refletir sobre que condições políticas possibilitam a construção de atividades dessa natureza. Mais ainda, somos levados a nos perguntar se essas relações podem, ou não, deixar de ser incluídas numa agenda que considere as relações internacionais subordinadas e dependentes, num contexto pós 11 de setembro, que inclui Plano Colômbia, Alca e crises econômicas como a Argentina. Devemos ter o cuidado crítico de não cair nas 'filosofias baratas' que afirmam que "tudo é tudo, nada é nada". Devemos ter uma visão sistêmica dos fatos, para poder compreender que a desestruturação e o aumento da violência nas redes de sociabilidade correspondem a pelo menos três processos contíguos. No plano interno, da comunidade política nacional, um processo de desconstrução de algumas possibilidades da afirmação do jogo democrático pluralista – temos que encarar a discussão sobre a importância do poder local, e a relação entre interiorização da violência e reconfiguração das redes do poder local. Em segundo lugar, precisamos, ainda no plano interno, compreender que a destruição das instituições do Estado Democrático de direito, ou a ausência delas, implica na

ascendência da espiral da violência. Todavia, isso precisa ser afirmado juntamente com a necessidade da participação da sociedade civil no processo de superação dessa espiral. A espiral da violência, e a dificuldade da afirmação do Estado de Direito nessas plagas, cresce em proporção direta à sobredeterminação da hegemonia unipolar do poder mundial.

O caso dos assassinatos, atentados e ameaças a lideranças políticas do Partido dos Trabalhadores revela uma face submersa da democracia à brasileira. Na organização política nacional pouco se fala da disputa de poder e das redes de poder constituídas localmente. O fato, é a existência de atores sociais diversos e divergentes, disputando o acesso à máquina governamental. Uma coisa é quando a disputa fica no nível do legislativo, e interfere residualmente na administração pública, e especialmente nos acordos necessários para fazer com que os negócios públicos funcionem. Comprar merendas, contratar empreiteiras, comprar papel... tudo isso exige licitação e lisa, por um lado, porém, por outro, parece que esquecemos que este é o país do jeitinho. A empreiteira pode não ser a mais barata, mas pode parecer ser, e ainda pertencer ao primo do tio, do amigo, da namorada daquela figura importante para a próxima campanha eleitoral, ou para manter esta ou aquela atividade extrapolítica. O impacto dessa rede de relações sociais, rede de sociabilidade, subterrânea, é muito

pouco reconhecido. Além disso, dado o crescimento da violência no País, e a institucionalização do crime, ou a sua maior capilaridade e intersticialidade nas esferas do Estado, para compreender essa rede é necessário levá-lo em consideração.

Então, quando paramos para pensar no que isso significa em termos da construção da democracia, temos que admitir que nasce uma face muito pouco simpática da democracia à brasileira – quero corrigir a impressão de que isso possa significar a afirmação de isso ocorrer apenas no Brasil, ou nos países do Terceirão, pelo contrário. Porém, embora ocorra o fenômeno também nas latitudes e longitudes nórdicas, a estrutura formal torna essa experiência distinta. Não vem ao caso discutir isto aqui. A face pouco simpática, entretanto, existe e é assassina. Ela é mortal. Falamos dos políticos de um determinado partido, mas poderíamos tornar mais amplo o espectro afirmando: Todos os políticos que se opõem à rede de sociabilidade que privatiza o benefício adquirido com a prestação do serviço público-social e socializa o ônus para sustentar a maracutaia, são vítimas potenciais desse processo.

A rede de sociabilidade subterrânea mostra uma face da sociedade brasileira que precisamos compreender mais. O universo da criminalidade está muito mais presente nos interstícios do poder, do que aparenta. Há alguns anos, ao falar sobre o narcotráfico, o cientista político, da Universidade de Brasília, Argemiro Procópio, advertia que o Brasil poderia vir a se tornar uma Colômbia. Com isso, ele queria significar que o Brasil ainda não tinha nas diversas esferas do poder público a presença do mundo do crime organizado – me limito a citar a expressão, na confiança de que outrem a explique.

Todos os políticos que se opõem à rede de sociabilidade que privatiza o benefício adquirido com a prestação do serviço público-social e socializa o ônus para sustentar a maracutaia, são vítimas

No caso colombiano, o conúbio entre o crime organizado, protagonizado pelos cartéis das drogas, e as esferas de governo era notório. No Brasil, ainda mantemos o discurso do *estado paralelo*, ou de ações paraestatais. Se isso é um fato, então não é muito significativa a afirmação de que o assassinato do prefeito Celso Daniel foi um ato criminoso sem finalidade política, foi crime comum. Ou, alternativamente, é muito significativo: a presença dos agentes do crime na esfera do Estado tornou-se comum.

Em segundo lugar, afirmava, é necessário observar que a espiral da violência ascende na mesma medida em que o Estado de Direito é boicotado. Levou muitos séculos, desde a Revolução Francesa, para que o Ocidente considerasse a forma do Estado Democrático e de Direito uma das melhores maneiras de organizar o poder público e os serviços dele decorrentes. A garantia da ordem pública é uma exigência *sine qua non* para a existência do Estado de Direito. Deixemos de lado as discussões e as críticas sobre os modelos do Estado de Direito. Apenas, para atender aos fins desta análise a que nos propomos, admitamos que o Estado de Direito é a melhor maneira de dirimir os conflitos da sociedade, garantir a afirmação dos Direitos Humanos (civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais), e preservar a cidadania como ins-

tância de participação, contestação e controle da Economia pela Sociedade Civil e pelo Estado. Digamos ainda, que, apenas hipoteticamente, o Estado de Direito é o meio pelo qual a sociedade se assenhora da formalidade da Justiça para garantir a diminuição das desigualdades sociais e a contenção da ameaça do desastre ambiental. Ora, para esse modelo de Estado é extremamente importante a garantia de uma situação social de controle da segurança pública – não se trata de uma sociedade sem crime ou violência, o que seria uma idiotice pensar ser possível, mas de uma sociedade na qual os níveis de crime e violência estejam controlados pelo Estado e não ameacem as redes de sociabilidade estruturantes da vida cotidiana.

Agora que apresentamos aquela nota hipotética sobre o Estado de Direito podemos admitir que ela está presente nas afirmações constitucionais da maioria das nações do Ocidente, e, também, na Constituição da República Federativa do Brasil. Isso significa que a garantia da ordem pública é uma suposição formal presente na nossa legislação. Considerando o processo participativo, os processos da *Constituinte*, que levaram à elaboração da Lei Magna, devemos considerar que esse é um anseio dos mais amplos setores da sociedade brasileira. Os fatos que demonstram haver um processo, em curso, de destruturação daquelas garantias e prerrogativas constitucionais, conquistadas, também, com mobilização e participação popular, mostram que há um desmonte do Estado de Direito. No caso do Brasil, em que temos a experiência do 'Estado do Mal-Estar Social', promovido pela modernização conservadora, que alimenta o poder das elites oligárquicas, obscurantistas e o conúbio destas com os interesses das operadoras do poder das transna-

cionais, a carência da sociedade é, também, de maior investimento social do Estado.

Temos no País, não apenas a construção interrompida de projetos de desenvolvimento de inserção soberana na esfera internacional. Temos o boicote da construção de um projeto de Estado que se interessasse pelo conjunto da nação. O conjunto da nação é uma ficção para o Estado brasileiro. Ele tem se mantido como representante fiel dos interesses das elites minoritárias, quer sejam as antigas oligarquias da economia agro-pequeno-empresarial, quer seja aquele interesse da atual oligarquia financeira, que é quem dita os caminhos do poder. Ainda haverá de ser feita uma investigação aprofundada sobre o papel da nova elite financeira no Brasil. De qualquer modo, o que importa ressaltar é esse interesse privado como orientador das ações e políticas do Estado brasileiro. Isso não é nada surpreendente, e não tem nada de incoerente com a teoria desenvolvimentista de Fernando Henrique Cardoso. A reconstrução desse projeto de modernização conservadora, após o período, que nos deixa com a memória indignada, da Ditadura Militar, passando por Sarney, Collor e Fernando Henrique, apenas confirmam uma direção, um rumo: um projeto de inserção subordinada na economia mundializada; a construção de um Brasil-Paraíso-das-Elites-Financistas. Não há nenhuma surpresa nos indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes aos últimos dez anos (1991-2001), que confirmam a agudização do empobrecimento e da miséria no País. Esses indicadores apenas confirmam que o rumo previsto não era para incluir os interesses da nação.

Pode ser que o caso europeu e da América do Norte (Estados Unidos e

Canadá) seja de reformulação do Estado de Bem-Estar Social. O caso brasileiro é de ausência desse modelo de governo. A crise em todos os setores sociais é fruto dessa ausência de investimento continuada. Todas as propagandas do governo federal, dos investimentos na área de educação, não impediram a repetência de mais de três milhões de crianças no ensino fundamental e mais de seiscentos mil no ensino médio, apenas em 2001. Esse não é um fato casual, mas é um ciclo ininterrupto, que se repete anualmente. No crescimento da sociedade do conhecimento, isso, como já denunciou Hugo Assmann, corresponde a uma apartação neuronal, e essa apartação é sempre das maiorias empobrecidas. Para quem estão sendo construídos os projetos educacionais de Paulo Renato? O reaparecimento em caráter epidêmico, durante estes últimos dez anos, de doenças que já estavam controladas, e possuíam, no muito, caráter endêmico, como o cólera, a tuberculose, a malária e a dengue, apenas evidenciam o rumo da política de saúde empreendida. Para quem foram construídos os programas de saúde de um José Serra?

A ausência de políticas sociais do Estado de Direito tem que ser assumida na análise do crescimento da violência criminal no País. Sem dúvida, é necessário apelar para os sentimentos morais, e para uma atitude civilizada, das pessoas. Ninguém gostaria de ver instaurada como uma sociabilidade aceitável a relação 'talionística': olho por olho, dente por dente. É preferível que construamos um sentimento coletivo que procure relações nas quais o Direito e a Justiça se implementem por meio de relações não violentas, ao menos me parece mais razoável. Porém, o apelo a esses sentimentos morais é insuficiente. É ne-

cessário que isso esteja agregado à discussão política e pública sobre o modelo de desenvolvimento vigente. O desmonte da espiral de violência não ocorre sem a participação popular que procure soluções não-violentas dos conflitos, mas, sobretudo, não se dará sem a organização da vontade coletiva na afirmação de um projeto de desenvolvimento incluyente.

O fato é que, a partir de meados da década de 1980, e especialmente, durante os anos de 1990, houve uma escalada da violência criminal em países como o Brasil – esse é um fenômeno latino-americano, como o comprovam estudos da Federação Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), que mostram a Colômbia e o Brasil entre os três países mais violentos no mundo e na América Latina. Também é verdade que essa violência tem um componente de anomia social muito mais exagerado – isso era um fenômeno já indicado por Francisco Weffort, num artigo chamado, *América errada*. E isso está intimamente ligado ao processo de aprofundamento da miséria e da pouca força dos investimentos sociais do Estado. Por outro lado, porém, diz respeito ao caráter muito lucrativo de atividades como o narconegócio, que passam a envolver muitas pessoas. Isso tem uma cadeia produtiva, que é composta pelo narcoplantio, processos de distribuição, consumo e *lavagem de dinheiro*. Ainda precisa ser mais bem abordado o quanto de dinheiro os processos de distribuição da droga geram no Brasil. Porém, já a CPI do Narcotráfico deixava evidente, esse é um dinheiro que é reinvestido em atividades produtivas e isso tem efeitos na economia local – na nacional, também? – O caso colombiano, por exemplo, no qual eminentes fazendeiros, de boas fazendas de pecuária, são, também, grandes inves-

tidores do narcotráfico, pode não ser exclusivo daquele país. Segundo os jornais, o tráfico de drogas faz girar 358 milhões de reais, por mês, apenas no Rio de Janeiro.

Isso nos faz pensar sobre as relações entre a construção e o aprofundamento daquelas redes de sociabilidade subterrâneas, que citamos anteriormente, e os processos internacionais que geram esse empobrecimento. A Dívida Externa, a construção da Área de Livre Comércio são exemplos de fatos econômicos que provocam impacto de subordinação e alinhamento das economias da América Latina aos projetos de interesse exclusivos dos Estados Unidos. Porém, mais forte que isso, a presença de tropas americanas durante a prisão do presidente Chavez, da Venezuela, fato ainda inexplicado, e a assessoria militar dos Estados Unidos à execução do Plano Colômbia, na famosa guerra contra as drogas, são fatores políticos decisivos para, também, podermos analisar o aprofundamento dessa sociabilidade subterrânea que alimenta e faz crescer a espiral de violência.

Longe dessa análise fazer apelo às antiquadas e ultrapassadas teorias da conspiração. Trata-se apenas de constatar que há uma estratégia internacional, multipresencial, de afirmação do poder único do Gigante do Norte. Os fatos de 11 de setembro, demonstram que os Estados Unidos estão reconstruindo uma cultura justificadora da intervenção militar direta. Até mesmo uma respeitável revista teológica, de Princeton, faz questão de, num de seus artigos, veicular a mensagem da íntima relação entre a fé cristã e o patriotismo em defesa dos interesses dos Estados Unidos da América. Essa mentalidade belicista, e religioso-belicista, é de um perigo histórico terrível. A ideologia que apresenta Esta-

A miséria não é a mãe de todos os males, porém, produz um caldo cultural que implica na construção cotidiana de alternativas de sobrevivência

dos Unidos como aquele que bane males do mundo, quer sejam as drogas, o terrorismo, ou os maus políticos, reforça uma visão interna nos Estados Unidos que pode provocar, no limite, a adesão do cidadão comum às atitudes terrorista do governo daquele país.

Além disso, e, talvez, apesar disso, unir a mentalidade belicista (ou religioso-belicista) aos interesses econômicos diretos dos Estados Unidos, que vão desde sobretaxar o aço brasileiro, no exercício de uma clara política protecionista, até decidir se deve ou não haver uma ajuda do Banco Mundial para a economia da Argentina, tem impactos diretos na vida cotidiana de milhões de latino-americanos. O Cavaleiro Senhor Dinheiro, como chama Eduardo Galeano, trota por nossos campos e cidades, e gera a miséria de centenas de milhões de pessoas. A miséria não é a mãe de todos os males, porém, produz um caldo cultural que implica na construção cotidiana de alternativas de sobrevivência. Alie-se a isso a cultura do espetáculo das nossas sociedades urbanas, e a necessidade humana de reconhecimento público, e teremos o caldo cultural que alimenta a busca dos tênis e calças de marcas, da atitude do *macho* conquistador e namorador, e, talvez, assim, entre outras coisas, teremos uma explicação de por que milhares de jovens ingressam nas malhas dos verdadeiros exércitos paralelos do crime organizado.

A reversão desse processo é possível. Depende de vários fatores. Entre eles gostaria de ressaltar dois. Um deles, é a mudança do rumo das políticas sociais. Precisamos, com urgência, de políticas sociais das diferentes esferas do governo, em elementos fundamentais para a reconstrução de uma sociabilidade que alimente a solidariedade, mais que a violência e o ressentimento, gerador de atitudes de vingança. Sem querer exaurir o tema, podemos indicar três dimensões para a superação:

- A dimensão *sanitária*, porque sem saúde não há condições para as pessoas responderem aos estímulos solidários que o cotidiano inspire, isso inclui a necessidade de construir políticas de segurança e soberania alimentar, além das evidentes campanhas necessárias para eliminar os agentes virais das doenças endêmicas publicamente controláveis.
- A dimensão *educativa*, porque sem expandir as ações educativas, escolares e extra-escolares, não haverá possibilidade de gerar aquela condição para aprender que exige uma sociedade em processos de transformação e que deseja superar os desafios que dificultam a construção de um Estado Democrático e de Direito.
- A dimensão da *segurança pública*, numa perspectiva sociocomunitária, que envolva diretamente a Sociedade Civil, porque segurança pública não é uma questão de polícia, exclusivamente, mas uma questão de construção e reconstrução de redes de sociabilidade afirmadoras do valor e da dignidade da vida humana.

Jorge Atílio S. Iulianelli, doutorando em Filosofia e integrante da equipe de KOINONIA.

Laços de compromissos

"Eu os atraí com cordas humanas, com laços de amor." (Oséias 11.4)

Nestes dias, vivemos um momento epifânico, instante mesmo da manifestação humana do sagrado.

Instante não provocado pelo concurso das estruturas hierárquicas, dogmáticas e legitimadoras da discriminação, da intolerância e da violência religiosa, mas inspirado pelo olhar humano do Deus sem poder revelado no homem Jesus. O mesmo olhar refletido no brilho dos olhos dos meninos de peito e das meninas de colo, da gente jovem e sorridente, das pessoas experientes de cabelos grisalhos, homens e mulheres, negros e brancos, vermelhos e amarelos, todos jornadaeiros e jornadaeiras da unidade.

Estes foram alguns dos laços humanos tecidos na 2ª Jornada Ecumênica. Não poderíamos deixar de contar este sonho que tivemos, principalmente porque ele se tornou realidade, justo nestes dias de inverno, na cidade de Mendes. Para nós, foi primavera ecumênica, experiência divina de unidade.

Jornadeiras e jornadaeiros

"Laços humanos, divina unidade"

A 2ª Jornada Ecumênica (11-14/julho 2002, Mendes/RJ) de envolta com celebrações, orações, bate-papos, dinâmicas, plenárias, desenvolveu-se em três dimensões: unidade entre os cristãos; unidade entre aqueles que lutam pela paz, pela justiça e pela integridade da criação; unidade no diálogo religioso. Entre os participantes, cerca de quatrocentos, estiveram ativamente atuantes, convidados especiais e ca-

ravanos (de Pernambuco, da Bahia, de São Paulo e de outros estados). No encerramento, mais de uma centena de participantes avaliou o Encontro e, na celebração final, se produziu um texto-súmula de diversos textos.

LAÇOS DE COMPROMISSOS

Na construção dos *laços de compromissos*, destacamos os lidos na celebração eucarística de encerramento.

- Construir uma rede de comunicação e informação para a partilha de micro e macro experiências, agendas de eventos e publicações, para organizações, movimentos e igrejas.
- Incentivar uma rede alternativa de informações, visando as comunidades que têm dificuldades de acesso à rede, ou pela localização geográfica ou por impedimentos institucionais.
- Disponibilizar no site da jornada, os estudos, textos, perfis, endereços e os compromissos assumidos na jornada.
- Produzir literatura ecumênica, em linguagem popular, para uso em estudos bíblicos, catequeses e escolas dominicais.
- Realizar encontros regionais, com o desdobramento da 2ª jornada e para encaminhamento de propostas, que incluam os movimentos populares, como os dos sem-teto, com vistas à próxima jornada.
- Que haja menor periodicidade entre as jornadas.
- Organizar mais encontros, seminários, debates e ações ecumênicas, com igrejas, organizações, movimentos e grupos, a partir das três unidades debatidas e dos compromissos assumidos.

• Levar as Instituições ecumênicas a fomentar, incentivar e apoiar as igrejas, organizações, movimentos e grupos, nas regiões em que estas se localizarem.

• Ampliar e aprofundar o diálogo inter-religioso para além da religião cristã, incluindo principalmente, as religiões afro-brasileiras, ultrapassando fronteiras geográficas (Mercosul).

AVALIAÇÃO DA JORNADA ECUMÊNICA

Quais os aspectos mais significativos da 2ª Jornada Ecumênica?

A maioria dos que responderam viu como o aspecto mais significativo a participação dos facilitadores, com suas falas, intervenções e assessorias. A seguir: a diversidade dos participantes e seu entrosamento; a metodologia adotada e a organização; a representação inter-religiosa presente e as celebrações.

Quais os aspectos a serem melhores trabalhados na próxima jornada?

As respostas ficaram muito pulverizadas. Em primeiro lugar a necessidade de se aprofundarem e concluírem as discussões; a seguir, a liturgia, divulgação e informações anteriores sobre a jornada; aumento da participação inter-religiosa; rituais de mais representações religiosas; leituras de textos prévios para a jornada; e discussão de aspectos socioeconômicos.

CONVIDADOS ESPECIAIS

Church World Service (CWS) – *Rosa Maria Lavecchia* (Argentina) e *Richard Williams* (Estados Unidos)
Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e

PERFIL DOS PARTICIPANTES

REGIÕES (346 participantes)		GÊNERO (346 participantes)		RENDA FAMILIAR (207 participantes)		COMO FICOU SABENDO DA JORNADA (233 participantes)	
Sudeste	45%	Mulheres	52,02%	1 salário mínimo	18,4%	Instituição ecumênica	42,6%
Norte/Nordeste	30%	Homens	47,98%	1 a 3 salários mínimos	30,9%	Faculdade, universidade, seminário	13%
Sul	15%	IDADE (207 participantes)		3 a 5 salários mínimos	16,9%	Boca a boca	9,4%
Centro-Oeste	10 %	12-20	8,7%	5 a 10 salários mínimos	15,4%	Igreja	7,17%
RELIGIÃO (346 participantes)		21-30	28,0%	+ de 10 salários	9,7%	Revistas e informativos	7,17%
Católicos	43,64%	31-40	25,1%	s/ renda	8,7%	Movimento social	4,03%
Não declarados	21,96%	41-50	30,3%	ENVOLVIMENTO SOCIAL		<i>Tempo & Presença</i>	3,58%
Metodistas	14,16%	51-60	11,6%	Dos 207 entrevistados		Mala direta	3,58%
Presbiterianos	8,38%	+ de 61	6,3%	Na pastoral	94		
Batistas	2,60%	ETNIA (207 participantes)		Em entidade ecumênica	89		
Assembleanos	2,31%	Branços	51,2%	No movimento social	58		
Candomblecistas	2%	Pardos	19,3%	Organização não-governamental	42		
Luteranos	2,02%	Pretos	14,0%	Com partido político	42		
Anglicanos	1,17%	Negros	8,7%	Em associação de moradores	22		
Kardecistas	0,87%	Mestiços	2,9%	Em sindicato	14		
Congregacionais	0,29%	Indígenas	2,4%				
Reformados	0,29%	Asiáticos	0,5%				
Universais	0,29%	Outros	1,0%				



Consejo de Iglesias Evangélicas Metodistas de América Latina e Caribe (Ciemal) – *D. Aldo M. Etchegoyen* (Argentina)

Red de Centros Laicos del Cono Sur – *Antônio Coelho Pereira* (Uruguai)
Federação Universal de Movimentos de Estudantes Cristãos (Fumec) – *Horácio Mesones* (Equador)

Christian Aid – *Alexandre Menezes* (Reino Unido)

Conselho Regional Ecumênico de Assessoria e Serviço (Creas) – *Humberto M. Shikiya* (Argentina)

Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai) – *Israel Batista* (Equador)
Igreja Metodista do Brasil – *Bispo Paulo Lockmann* (Brasil)

Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) – *Padre José Bizon* (Brasil)

CARAVANAS

Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST – Pernambuco), forma-

da de católicos, metodistas, batistas, presbiterianos, assembleanos);

Bahia – constituída de seminaristas do candomblé e representantes de movimentos de base;

São Paulo – com seminaristas da Igreja Metodista e do Sul e pessoas de movimentos de base, ligadas ao Ceca.

PROMOTORES

Dez entidades patrocinaram a 2ª Jornada:

Cebi – Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos

Ceca – Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria

Cediter – Centro de Evangelização de Direitos da Terra

Cese – Coordenadoria Ecumênica de Serviço

Cesep – Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e Educação Popular

Clai – Conselho Latino-Americano de Igrejas (Brasil)

Conic – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs

GTME – Grupo de Trabalho

Missionário Evangélico

Unipop – Instituto Universidade Popular

Koinonia Presença Ecumênica e Serviço

COORDENAÇÕES

Cese (*Eliana Rolemberg*)

Clai (*Luís Caetano Greco*)

Conic (*Ervino Schmidt*)

Koinonia (*Anivaldo Padilha*)

De Liturgia: *Luís Carlos Ramos*

De metodologia: *Lúcia Leiga, padre Edegard Júnior, Sérgio Marcus Pinto Lopes*

Executiva: *Daniel Evangelista e Ana Emília Martins Gualberto*

Para superar a violência



A DÉCADA PARA SUPERAR A VIOLENCIA É UMA GRANDE CONVOCAÇÃO PARA QUE AS PESSOAS DE BOA VONTADE E INSTITUIÇÕES SE UNAM MEDIANTE A DIGNIDADE HUMANA PARA O RESGATE DO PROFETISMO BÍBLICO: "A JUSTIÇA PRODUZIRÁ A PAZ" (ISAÍAS 32,17).

Entre julho e agosto de 2002, o Projeto Egbé – Territórios Negros, de Koinonia, em parceria com o Programa de Direito e Cidadania da Uerj, realizou a **II Oficina Territórios Negros do Rio de Janeiro**, reunindo seis comunidades negras rurais da Região dos Lagos. Durante cinco finais de semana, entre 15 e 25 membros daquelas comunidades participaram de encontros em que os professores de direito ofereceram uma perspectiva crítica sobre as relações jurídicas vigentes. Ao mesmo tempo em que os membros das comunidades expuseram suas dificuldades, tanto com relação à grilagem de suas terras, quanto com relação ao acesso aos serviços públicos em geral, como água, esgoto, luz, telefone, escola e, finalmente, acesso à justiça. Ao final, os representantes das comunidades decidiram registrar suas impressões e demandas em um documento coletivo, que em breve será entre-

gue às autoridades municipais, estaduais e federais.

Koinonia assessorou vários debates sobre a **implantação da Alca**: um deles na região da zona do Cacau, na cidade de Urucuca, BA, com participantes de sete municípios; outros dois em Ilhéus – no sindicato dos bancários e na Paróquia de São João Batista. Koinonia participa da plenária social do Plebiscito contra Alca, que será realizado entre 1º e 7 de setembro, em todo Brasil.

O Centro Scalabrino de Estudos Migratórios e o Centro de Investigação e Ação Social/Instituto Brasileiro de Desenvolvimento realizaram, no dia 31 de agosto, com o apoio do Movimento Nacional de Direitos Humanos e do Conic uma **Jornada de Estudos** para refletir sobre o fenômeno da **violência urbana** com destaque para suas representações sociais e a relação

com os processos migratórios.

Nos *campi* da Unimep encontros devocionais, realizados por ocasião da Semana de **Oração pela Unidade dos Cristãos**, reuniram lideranças religiosas de várias igrejas. A Pastoral Universitária e Escolar da Igreja Metodista vive momentos significativos e afirmou a **Década para Superar a Violência**.

Por ocasião do assassinato do jornalista Tim Lopes, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil lançou o manifesto "**Clamor e ações contra a violência**". Com este documento e com "Um manifesto em favor da vida e dignidade humanas", lançado anteriormente, a Igreja "se inseriu nos propósitos globais da **Década Ecumênica para Superar a Violência**".

No mês de abril, em Londrina, foi fundado o núcleo local do **Movimento Evangélico Progressista**,

que tem atuado na cidade promovendo encontros e estudos sobre o tema da Violência e a construção de uma cultura de Paz, com apoio da Secretaria Regional do Clai para o Brasil.

Em 30 de julho foi lançada em Londrina a **Semana pela Paz**, que vai acontecer em setembro, início da primavera. O lançamento aconteceu no Gabinete do Prefeito Municipal e contou com a presença de líderes comunitários e autoridades do município. Na ocasião, Secretário regional do Clai falou sobre a iniciativa das Igrejas em lançar a **Década** e distribuiu entre os participantes material alusivo. Em setembro, durante a **semana pela Paz**, será organizado um evento envolvendo as Igrejas evangélicas locais com o apoio da Secretaria Regional do Clai para o Brasil e do MEP – núcleo Londrina).

Os Estudantes de Teologia, reunidos em São Pau-



lo no seu Segundo Encontro Nacional, promovido pelo MEET de 8 a 11 de julho, dentre outras atividades, discutiram o tema da Década e buscaram definir melhor seu **engajamento em processos de promoção da Paz e de combate à violência**. O evento contou com o apoio do Conic, Cese, Fumec e a Secretaria Regional do Clai para o Brasil.

A Secretaria Regional do Clai para o Brasil tem incluído em suas atividades, **um momento especial de oração em favor da Paz** e promovido a Década pela distribuição de material de divulgação. No primeiro semestre deste ano, o Secretário Regional teve oportunidade de apresentar a Década e sua temática em vários eventos, com material ou mesmo palestras e preleções a pastores e líderes comunitários no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, São José dos Campos, Londrina, Rolândia e Vitória.

Discutir a paz através do diálogo entre diferentes

manifestações religiosas. Este foi o objetivo do seminário **"A paz e a intolerância religiosa"**, realizado no auditório do Colégio Antônio Vieira, em Salvador, durante a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, no mês de maio. O sociólogo Jaime Sodré, o pastor Djalma Torres da Igreja Batista Nazareth e o assessor de projetos da Cese, José Carlos Zanetti, foram os palestrantes convidados.

Durante o mês de julho, o Ceca iniciou um novo grupo de **formação de Promotoras Legais Populares**. Quarenta mulheres iniciaram esta nova etapa de formação. Elas estarão instrumentalizadas para intervir e encaminhar situações relacionadas com a violência familiar.

O Fórum do Curso de Verão, composto por diferentes entidades do movimento social e ecumênico, tem se reunido para preparar o próximo **Curso Ecumênico de Pastoral Social**. O curso acontecerá em Passo Fundo, RS, de 1º a 3 de maio de 2003.

A abertura será em conjunto com a **Romaria do trabalhador e da trabalhadora**.

No dia 1º de setembro, o Grupo inter-religioso de Porto Alegre, integrado pelo Ceca, realiza o tema da Assembléia Global (da UIR – Iniciativa das Religiões Unidas) **"Compartilhar o Sagrado e Servir ao Mundo – Unidade na diversidade"**. O painel pretende, além de aprofundar as relações inter-religiosas, buscar perspectivas para a construção de uma cultura de paz, a partir do diálogo entre diferentes práticas religiosas.

NOMES E SIGLAS

- ALCA – Área de Livre Comércio da América
- CECA – Centro Ecumênico de Evangelização Capacitação e Assessoria
- CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço
- CESEP – Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e Educação Popular
- CLAI – Conselho Latino-Americano das Igrejas
- CMI – Conselho Mundial de Igrejas
- CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs
- KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
- MEET – Movimento Ecumênico de Estudantes de Teologia
- MEP – Movimento Evangélico Progressista
- OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
- UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- UCB – Universidade Católica de Brasília
- UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba

"Fora da Beleza não há salvação..."

Escrevo como poeta. Cummings disse que o mundo ilimitado de um poeta é ele mesmo. Narcisismo ego-cêntrico? Não. Invoco a Cecília Meireles para esclarecer. Dizia ela de sua avó: "Teu corpo era um espelho pensante do universo." Os poetas, diferentes dos cientistas que desejam conhecer o universo olhando diretamente para ele, só conhecem o universo como parte do seu corpo. Poesia é eucaristia. O poeta contempla a coisa e diz: "Isto é o meu corpo."

Poeta, não sei falar cientificamente sobre o cristianismo. Só posso falar sobre ele tal como ele foi se refletindo no espelho do meu corpo, através do tempo.

Infância. Crianças não têm idéias religiosas. Nada sabem sobre entidades espirituais. Crianças são criaturas deste mundo. Elas o experimentam através dos sentidos, especialmente a visão. As crianças não têm idéias religiosas mas têm experiências místicas. Experiência mística não é ver seres de um outro mundo. É ver este mundo iluminado pela beleza. Essas são experiências grandes demais para a linguagem. Dessas experiências brotam os sentimentos religiosos. Religião é a casca vazia da cigarra sobre o tronco da árvore. Sentimento religioso é a cigarra em vôo. Menino, eu voava com as cigarras.

As idéias religiosas não nascem das crianças. Elas são colocadas no corpo das crianças pelos adultos. Minha mãe me ensinou a rezar. "Agora me deito para dormir. Guarda-me, ó Deus em teu amor. Se eu morrer sem acordar, recebe a minha alma, ó Senhor, Amém." Resumo mínimo de teologia cristã: há Deus, há morte, há uma alma que sobrevive à morte. Depois vieram outras lições: "Deus está te vendo, menino..." Deus vira um Grande Olho que tudo vê e me vigia. Meu primeiro sentimento em relação a Deus: medo.

As crianças acreditam naquilo que os grandes falam. E assim se inicia um processo educativo pelo qual os grandes vão escrevendo no corpo das crianças as palavras da religião. O corpo da criança deixa



de ser corpo da criança: passa a ser o caderno onde os adultos escrevem suas palavras religiosas.

Muitas são as lições do catecismo. Deus é um espírito que sabe todas as coisas. Vê o que você está fazendo com as suas mãos, debaixo das cobertas, com a luz apagada. Deus é onipotente: pode fazer todas as coisas. Tendo poder absoluto, tudo o que acontece é porque ele quis. A criancinha defeituosa, a mãe que morre de parto, as câmaras de tortura, as guerras... As tragédias não acontecem. Deus as produz. Diante das tragédias ensina-se que se deve repetir: "É a vontade de Deus." É preciso fazer o que Deus manda pois, se não o fizer, ele me castigará. Se eu morrer sem me arrepender serei punido com o fogo do Inferno, eternamente. Essa vida do corpo, na terra, não tem valor. Vale de lágrimas onde os degredados filhos de Eva lamentam e choram, esperando o céu. O céu vem depois da morte. Deus mora no lugar que há depois que a vida acaba. O mundo é um campo de provas minado por

prazeres onde o destino eterno da alma vai ser decidido. Para se amar a Deus e o seu céu é preciso odiar a vida. Quem ama as coisas boas da vida não está amando Deus. Negar o corpo: lacerações, abstenções, sacrifícios: essas são as dádivas que se deve oferecer a Deus. Deus fica feliz quando sofremos. De todos os prazeres os mais perigosos são os prazeres do sexo. Assim, é preciso fazer sexo sem prazer, sexo para procriar. Deus nunca foi visto por ninguém. Mas revelou a sua vontade a uma instituição: a Igreja, não importando se católica ou protestante. A ela, Igreja, foi confiada a guarda do livro escrito por inspiração divina, as *Sagradas Escrituras*, a "Grande enciclopédia dos saberes e das ordens divinas". Sendo assim "fora da Igreja não há salvação", porque fora da Igreja não há conhecimento de Deus.

Ludwig Wittgenstein fala sobre o poder enfeitiçante das palavras. Palavras enfeitiçantes: aquelas que nos possuem e nos impedem de pensar. Assim são as idéias religiosas: os corpos dos homens estão cobertos de palavras que, pelo medo, os dominam. "Possuídos", não conseguem pensar pensamentos diferentes. Qualquer outra palavra pode significar o inferno. As inquisições, católica e protestante, jamais enviaram para a fogueira pessoas por seus pecados morais. Os pecados morais levam o pecador para mais perto da Igreja, pois ela tem o poder de perdoar. Queimados foram aqueles que tiveram pensamentos diferentes: Brunno, Huss, Serveto. Os crimes de pensamento afastam os homens da Igreja. Conseqüentemente, afastam os homens de Deus. Quem pensa pensamentos diferentes tem de ser eliminado ou pela fogueira ou pelo silêncio.

Durante muitos anos vivi enfeitiçado por essas palavras. Feitiços não se combatem com a razão. É sempre um beijo de amor que quebra o feitiço... Quem me beijou? Um Outro que mora em mim. Porque em mim mora não somente aquele que pensa mas aquele que sente. Barthes dizia: "Meu corpo não tem as mesmas idéias que eu". Meu "eu" pensava as palavras que haviam sido escritas no meu corpo. Mas o meu corpo pensava outras idéias. A verdade do meu corpo era outra. Ele amava demais a vida. Confesso: nunca me senti atraído pelas delícias do céu. E desconheço alguém que morra de amores por ele. Prova disso é que cuidam bem da saúde. Querem continuar por aqui. Conheço, entretanto, pessoas que vivem vidas torturadas por medo do inferno.

Lembro-me, com nítida precisão, do momento em que tive a percepção intelectual que libertou a minha razão para pensar. Eu estava no seminário. Repentinamente,

com enorme espanto, percebi que todas aquelas palavras que outros haviam escrito no meu corpo não haviam caído do céu. Se não haviam caído do céu, elas não tinham o direito de estar onde estavam. Eram demônios invasores. Abriram-se-me os olhos e percebi que essa monumental arquitetura de palavras teológicas que se chama teologia cristã se constrói, toda, em torno da idéia do inferno. Eliminado o inferno, todos os parafusos lógicos se soltariam, e o grande edifício ruiria. A teologia cristã ortodoxa, católica e protestante – excetuada a dos místicos e hereges – é uma descrição dos complicados mecanismos inventados por Deus para salvar alguns do inferno, o mais extraordinário desses mecanismos sendo o ato de um Pai implacável que, incapaz de simplesmente perdoar gratuitamente (como todo pai humano que ama sabe fazer), mata o seu próprio Filho na cruz para satisfazer o equilíbrio de sua contabilidade cósmica. É claro que quem imaginou isso nunca foi pai. Na ordem do amor são sempre os pais que morrem para que o filho viva.

Hoje, as idéias centrais da teologia cristã em que acreditei nada significam para mim: são cascas de cigarra, vazias. Não fazem sentido. Não as entendo. Não as amo. Não posso amar um pai que mata o filho para satisfazer sua justiça. Quem pode? Quem acredita?

Mas o curioso é que continuo ligado a essa tradição. Há algo no cristianismo que é parte do meu corpo. Sei que não são as idéias. Que ficou, então?

Foi numa sexta-feira da Paixão que compreendi. Uma rádio FM (Amparo) estava transmitindo, o dia inteiro, músicas da tradição religiosa cristã. E eu fiquei lá, assentado, só ouvindo. De repente, uma missa de Bach, e a beleza era tão grande que fiquei possuído e chorei de felicidade: "A beleza enche os olhos d'água" (Adélia Prado). Percebi que aquela beleza era parte de mim. Não poderia jamais ser arrancada do meu corpo. Durante séculos os teólogos, seres cerebrais, haviam se dedicado a transformar a beleza em discurso racional. A beleza não lhes bastava. Queriam certezas, queriam a verdade. Mas os artistas, seres-coração, sabem que a mais alta forma de verdade é a beleza. Agora, sem a menor vergonha, digo: "Sou cristão porque amo a beleza que mora nessa tradição. As idéias? Chiados de estática, ao fundo..." Assim proclamo o único dogma da minha teologia cristã erótico-herética: "Fora da Beleza não há salvação..." ☺

Esta crônica também pode ser lida no livro *Transparências da eternidade*.

O compositor e cantor Xico Esvael faz parte de um grupo seleto de compositores que renovaram a linguagem teológica e musical dos cânticos cristãos. Esse grupo, em que se destacam Jaci Maraschin, Simeí Monteiro, Flávio Irala, Ernesto Cardoso, Zé Vicente e Reginaldo Veloso, foi o responsável pela inculturação da hinologia brasileira, utilizando-se de ritmos, harmonias e instrumentos próprios da nossa cultura, além de dialogar com o cancionário popular de outros países, principalmente os da América Latina e da África. Suas músicas são gravadas e publicadas em vários países, principalmente na América Latina e na Europa.

MISTÉRIOS NO OLHAR é o novo CD de Xico, lançado pela Paulus. Apresenta um repertório eclético, composto por músicas de ritmos e temas variados. Criança, mulher, liturgia, ecologia, natal, meditação e oração são temas acompanhados de ritmos como balada, baião, frevo, xote, rock, reggae e outros. O CD conta com arranjos do maestro argentino Carlos Slivskin e participações especiais de mestre Duda (no frevo *Agora é hora*), Oswaldinho do Acordeon (*O olhar de quem sabe amar*).



Xico Esvael
MISTÉRIOS NO OLHAR

PAULUS Música

R\$ 15,00

Para adquirir o CD acesse
o site da Paulus

<http://www.paulus.com.br>

Mensagem de reflexão e orientação sobre as eleições de 2002

A Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), no âmbito de suas competências e missão, dirigem esta mensagem de reflexão e orientação a eleitoras cristãs e eleitores cristãos, e a todas as cidadãs e cidadãos. As Igrejas-Membros da Cese e do Conic já têm se manifestado sobre as eleições, cada uma exortando seus membros a uma participação efetiva no processo eleitoral.

Neste momento de processo eleitoral, o povo é espectador passivo de conchavos, de “acordos de cúpula”. Os casos de corrupção, cotidianamente divulgados pela imprensa, apurados ou a serem apurados, não respondem à finalidade de devolver a dignidade ética à classe política desacreditada. Qualquer hipótese de mudança do quadro político que possa ser apenas pensada por este povo de espectadores é reprimida com a ameaça de instabilidade institucional que levaria o País à atual situação da vizinha Argentina, ela própria vítima de mazelas das elites locais e das condicionalidades impostas pelos organismos de financiamento internacionais.

Ao aproximar-se um novo momento eleitoral, preocupa antes de mais nada o descompasso crescente entre o exercício da política e a ética. Corrupção e escândalos continuam desacreditando muitos dos políticos eleitos nos passados pleitos. É dever das cidadãs e dos cidadãos escolher candidatos conduzidos por princípios éticos comprovados, o que nem sempre corresponde a uma identificação religiosa. Essa ação pode devolver legitimidade e vigor à ordem política, a qual deve estar a serviço do bem comum e não dos interesses de grupos. Qualquer projeto político para o Brasil precisa superar a miséria e a fome, garantir a todos, brasileiros e brasileiras, condições mínimas de subsistência. As leis do mercado devem ser governadas por políticas presididas pela ética. Não pode ser conferida prioridade ao lucro, ao capital, à acumulação de bens quando é prioridade ética e política a inclusão dos pobres aos níveis condignos de alimentação, moradia, saúde, educação, segurança e lazer. Os excluídos da cidadania real não precisam apenas de cestas básicas, mas têm direito a trabalho dignamente remunerado e garantido pela Constituição. As cristãs e os cristãos lembram as palavras do profeta “Tirai do alcance do meu olhar as vossas más ações, cessai de fazer o mal. Aprendei a fazer o bem, procurai a justiça, chamai à razão o espoliador, fazei justiça ao órfão, tomai a defesa da viúva” (Isaías 1. 16-17).

Tecnologia e finança aliaram-se na construção de um sistema capitalista que encontra seu apadrinhamento

nas políticas neoliberais criadoras do mercado globalizado. Propostas políticas de globalização, eticamente válidas, devem ser elaboradas pelos países que ainda lutam contra a fome e a miséria e não apenas recebidas ou impostas, como é o caso da Alca, sem uma decidida defesa de interesses do País. Não queremos eleger políticos que sejam unilateralmente nacionalistas, mas políticos que saibam conjugar os objetivos éticos da política e de um projeto nacional e a inevitável interdependência e solidariedade entre os países do mundo. Nosso compromisso ecumênico nos leva a propor uma outra globalização, a da justa distribuição dos recursos necessários ao desenvolvimento sustentável da vida humana, para que todos os povos da terra gozem da verdadeira paz, fruto da justiça (Isaías 32.37).

É o nosso dever de cidadãs e cidadãos eleger governantes que optem pela ética na política e coloquem como prioritárias nos planos de governo as políticas sociais. Políticos incapazes de ações que visem essas finalidades não devem ser considerados candidatos a governar o País. É nosso dever de cidadãs e cidadãos fazer de nosso voto um instrumento de renovação do quadro político, vigiar com particular atenção sobre a lisura do processo eleitoral e combater a corrupção valendo-nos do respaldo da lei 9.840/99. Lembrados que nossa voto não pode ser vendido, pois ele não tem preço mas conseqüências na vida privada e social, incentivamos todas as pessoas de boa vontade a trabalhar intensamente na campanha eleitoral para garantir o aperfeiçoamento da democracia participativa no País e a construção de uma sociedade justa e solidária.

Se nossa experiência nos diz que “os chefes das nações as mantêm sob seu poder, e os grandes, sob seu domínio”, entre nós, “não seja assim”. Pelo contrário, se alguém quer ser grande entre vós, seja o vosso servo e se alguém que ser o primeiro entre vós seja o vosso servo. Assim o Filho do Homem veio, não para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate pela multidão.” (Mateus 20. 25-27). O exemplo de Cristo e as suas palavras iluminam a visão política das cristãs e dos cristãos. É com essa visão que vamos nos comprometer com o processo eleitoral deste ano em nosso país.

Salvador, 5 de junho de 2002

Dom Jubal Pereira Neves – Presidente da Cese

Rev. Joaquim Beato – Presidente do Conic

Assina, também, solidariamente, o Conselho Latino-Americano de Igrejas – Clai-Brasil, pela Secretaria Regional para o Brasil.
Rev. Luiz Caetano Grecco Teixeira – Secretário Regional do Clai-Brasil